

**PREFEITURA DE OURO PRETO**

Praça Barão do Rio Branco, 12, Pilar

Ouro Preto/MG - 35400-000

(31) 3559 3200



**PREFEITURA MUNICIPAL OURO PRETO**

www.ouopreto.mg.gov.br

OFÍCIO MENSAGEM 009/2024

Ouro Preto, 04 de março de 2024

*A Sua Excelência o Senhor*  
*Vereador José Geraldo Muniz (Zé do Binga)*  
*DD. Presidente da Câmara Municipal de Ouro Preto*

Câmara Municipal de Ouro Preto  
Protocolo  
Nº 43308  
Correspondência Recebida  
Em 19/03/24  
Ass. VERA Hs e 13h29 Min

Excelentíssimo Presidente,

Venho, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar o presente Projeto de Lei que autoriza o Município de Ouro Preto a conceder subvenção social à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ouro Preto – APAE.

A Secretaria Municipal de Educação tem uma demanda histórica para o atendimento de educandos com necessidades especiais. Mesmo sendo política municipal a integração dos PCDs nas escolas municipais, existem alguns casos, a serem atendidos, de educandos que necessitam de um acompanhamento multidisciplinar. Ocorre que as escolas municipais ainda não têm a estrutura necessária para atender esses casos peculiares.

A Prefeitura Municipal de Ouro Preto tem o dever de garantir a escolarização, englobando todo o acompanhamento necessário para tanto, de todo cidadão residente no Município. Esta escolarização deve ser feita de forma inclusiva, impedindo qualquer tipo de discriminação, contando com a oferta de toda a estrutura necessária para atender de forma plena as peculiaridades existentes.

Tendo em vista essa realidade posta, que inclui a existência de educandos que necessitam de um acompanhamento multidisciplinar e a atual falta de estrutura das escolas municipais para atendimentos tão específicos e amplos, é necessário encontrar uma forma de garantir o atendimento deles, para que possam se tornar um cidadãos plenos. Pela importância da questão, foi compreendida a necessidade de trabalhar com entidade especializada para esse atendimento. No Município, apenas a APAE realiza o atendimento amplo e sem fins lucrativos, fato que possibilita a presente subvenção.

Justifica-se a presente subvenção na singularidade do objeto e pela inviabilidade de competição em face à especificidade das atividades que a associação realiza no Município.

**PREFEITURA MUNICIPAL OURO PRETO**

Além disso, destaca-se o fato de ser a Unidade APAE ser a única instituição no Município de Ouro Preto que presta este tipo de serviço.

A presente subvenção torna-se imperiosa quando não se perde de vista que trata-se de pessoa com especificidades, são seres humanos dotados de sentimentos, emoções e elaborações mentais. Suas necessidades devem ser entendidas como uma de suas múltiplas características e não como a única configuração possível de sua individualidade. Cada pessoa possui diferentes possibilidades.

A Lei nº 13.146/15 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) impõe ao poder público a garantia de um projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia. Sabendo das limitações momentâneas do Município, torna-se patente de parcerias com o terceiro setor para garantir os direitos desta parcela da população.

A presente subvenção pretende promover e articular ações de defesa de direitos, prevenção, orientações, prestações de serviços, apoio à família direcionada à melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência e à construção de uma sociedade justa e solidária. Oferecer ensino de excelência, propiciando condições de aprendizagem significativas, atualizadas e eficazes, de forma que se consiga desenvolver nos alunos a curiosidade e a busca pelo conhecimento. Pretende-se que em todos os trabalhos estejam presentes a estética da sensibilidade, a política da igualdade e a consideração dos 4 (quatro) pilares da educação: Aprender a conhecer; Aprender a fazer; Aprender a ser; Aprender a conviver.

Com isso, vemos que há uma parcela da sociedade que o poder público não consegue atender de forma plena com sua estrutura. Portanto, para garantir seus direitos, a Prefeitura de Ouro Preto necessita fazer parcerias com o terceiro setor, sempre tendo em mente a formação plena da pessoa enquanto cidadã e a garantia da possibilidade de que elas possam gozar da vida de forma autônoma, sem os limites impostos pelo capacitismo.

Por fim, com fulcro nos princípios constitucionais da eficiência e satisfação do interesse público, solicito a essa Egrégia Câmara Municipal a apreciação e a aprovação do presente Projeto de Lei, em REGIME DE TRAMITAÇÃO DE URGÊNCIA, nos termos do artigo 81 da Lei Orgânica Municipal.



**PREFEITURA DE OURO PRETO**

Praça Barão do Rio Branco, 12, Pilar

Ouro Preto/MG - 35400-000

(31) 3559 3200



**PREFEITURA MUNICIPAL OURO PRETO**

[www.ouopreto.mg.gov.br](http://www.ouopreto.mg.gov.br)

Contando com a costumeira eficiência de Vossa Excelência e Ilustres Pares no trato dos assuntos de interesse público, aguardamos a aprovação do projeto na forma proposta, renovando os votos de elevada estima e distinta consideração.



**Angelo Oswaldo de Araújo Santos**  
**Prefeito de Ouro Preto**

**PROJETO DE LEI Nº 67/DE 2024**

**Autoriza o Município de Ouro Preto a conceder subvenção social à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ouro Preto – APAE.**

O Povo do Município de Ouro Preto, por meio de seus representantes, decretou, e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a conceder à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ouro Preto – APAE, entidade privada, sem fins lucrativos, declarada de Utilidade Pública pela Lei Municipal nº 18, de 13 de novembro de 1984, subvenção social, conforme legislação em vigor, no valor de R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais).

**Art. 2º** A liberação da subvenção de que trata o artigo 1º, será efetuada em parcela única com o valor integral e ficará condicionada à apresentação do Plano de Trabalho elaborado pela entidade beneficiada, à Secretaria Municipal de Educação, no qual deverão constar as regras e os prazos para a prestação de contas.

**Art. 3º** A entidade beneficiada por esta Lei deverá prestar contas dos valores recebidos à Secretaria Municipal de Educação.

**Parágrafo único** A omissão na prestação de contas ensejará formalização da devolução dos valores repassados.

**Art. 4º** Constituem recursos financeiros para atender as despesas decorrentes da execução desta Lei, aqueles provenientes das seguintes dotações orçamentárias: 02.31.01.12.122.0037.2275.3.3.50.43.00. Fonte de Recurso 1.500.000 CA 0000 Ficha 1641 02.31.01.12.306.0038.2061.3.3.50.43.00 Fonte de Recurso 1.500.000 CA 0000 Ficha 1640 No valor de R\$ 154.248,33 (cento e cinquenta e quatro mil, duzentos e quarenta e oito reais e trinta e três centavos.), da Secretaria Municipal de Educação, do orçamento vigente.

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Ouro Preto, Patrimônio Cultural Mundial, 04 de março de 2024, trezentos e doze anos da Instalação da Câmara Municipal e quarenta e três anos do Tombamento.**

Angelo Oswaldo de Araújo Santos

Prefeito de Ouro Preto





**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA**



NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>16.843.062/0001-03</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>	DATA DE ABERTURA <b>22/06/1983</b>
NOME EMPRESARIAL <b>ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE OURO PRETO -FARMACEUTICO HELIO HARMENDANI</b>		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>APAE</b>	PORTE <b>DEMAIS</b>	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte</b> <b>94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>399-9 - Associação Privada</b>		
LOGRADOURO <b>R JOAO PEDRO DA SILVA</b>	NÚMERO <b>255</b>	COMPLEMENTO <b>*****</b>
CEP <b>35.400-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>BAUXITA</b>	MUNICÍPIO <b>OURO PRETO</b>
UF <b>MG</b>	ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>APAEOP25@YHAOO.COM.BR</b>	
TELEFONE <b>(31) 3551-5699</b>		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) <b>*****</b>		
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>31/05/2003</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL <b>*****</b>	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL <b>*****</b>	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **08/03/2024** às **14:38:42** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

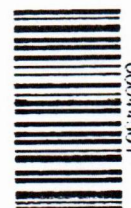


# CEMIG

NOSSA ENERGIA, SUA FORÇA



CTCE BELO HORIZONTE MG PL9  
APAE OURO PRETO FARMACEUTICO HELIO HARM  
RUA JOAO PEDRO SILVA, 255 CS  
VILA ITACOLOMY  
35400-000 OURO PRETO, MG



0076823067770300000004450121270223

SMI: 23-MG-01-004-00044501-00000177



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal do Brasil  
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional



**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA  
ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE OURO PRETO -  
FARMACEUTICO HELIO HARMENDANI  
CNPJ: 16.843.062/0001-03**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.  
Emitida às 14:33:05 do dia 08/03/2024 <hora e data de Brasília>.  
Válida até 04/09/2024.

Código de controle da certidão: **A091.2D33.6EB3.EDF4**  
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

## CERTIDÃO NEGATIVA

### Identificação do Contribuinte:

**RAZÃO SOCIAL:** ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE OURO PRETO -FARMACEUTICO HELIO H

**CNPJ:** 16.843.062/0001-03

**Endereço:** R JOAO PEDRO DA SILVA, 255 BAUXITA - OURO PRETO - MG CEP: 35.402-233

A Fazenda Pública Municipal, atendendo à solicitação da parte interessada, CERTIFICA que, revendo seus arquivos e apontamentos até a presente data, NÃO FORAM ENCONTRADOS débitos cuja responsabilidade tributária e/ou fiscal é vinculada ao contribuinte acima.

Ressalva-se à Fazenda Pública o direito de constituir novos créditos incidentes sobre o contribuinte acima identificado e que, porventura, venham a ser apurados posteriormente à emissão da presente certidão, ressalvando-se mais o direito de consolidar a este, os débitos porventura vinculados a outros contribuintes em decorrência da não atualização dos dados cadastrais.

Esta certidão não comprova a ausência de débitos relativos à Dívida Ativa da Tarifa Básica de Operacionalização, também conhecida como "TBO do SEMAE".

Por ser verdade, firma a presente CERTIDÃO para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

**Emitida em: 08/03/2024 13:56:40**

**Válida até o dia: 04/09/2024**



**Código de controle da certidão: 212B41C45B6C66D4E8CA**



A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da  
PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO



## SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS



## CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS

Negativa

CERTIDÃO EMITIDA EM:  
11/03/2024CERTIDÃO VALIDA ATÉ:  
09/06/2024

NOME: ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE OURO PRETO -FARMACEUTICO HELIO HARMENDANI

CNPJ/CPF: 16.843.062/0001-03

LOGRADOURO: RUA PROFESSOR FRANCISCO PIGNATARIO

NÚMERO:

COMPLEMENTO: TP

BAIRRO: BAUXITA

CEP: 35400000

DISTRITO/POVOADO:

MUNICÍPIO: OURO PRETO

UF: MG

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer débitos de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado;

2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.

Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.

IDENTIFICAÇÃO

NÚMERO DO PTA

DESCRIÇÃO

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada através de aplicativo disponibilizado pela Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, na internet: <http://www.fazenda.mg.gov.br>  
=> Empresas => Certificação da Autenticidade de Documentos.

CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO:2024000743156537



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE OURO PRETO - FARMACEUTICO HELIO HARMENDANI (MATRIZ E FILIAIS)  
CNPJ: 16.843.062/0001-03  
Certidão n°: 16034307/2024  
Expedição: 08/03/2024, às 14:00:49  
Validade: 04/09/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE OURO PRETO -FARMACEUTICO HELIO HARMENDANI (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o n° **16.843.062/0001-03**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

### Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 16.843.062/0001-03  
**Razão Social:** ASSOCIACAO PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE O PRETO  
**Endereço:** R JOAO PEDRO DA SILVA SN / SARAMENHA / OURO PRETO / MG / 35400-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 23/02/2024 a 23/03/2024

**Certificação Número:** 2024022306322086677857

Informação obtida em 11/03/2024 12:00:52

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



PLANO DE TRABALHO

DADOS CADASTRAIS DOS PARTICÍPES - ANEXO I

<b>IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE</b> Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ouro Preto		<b>CNPJ</b> 16.843.062/0001-03	
<b>ENDEREÇO SEDE (rua, nº, bairro)</b> Rua João Pedro da Silva – Bauxita			
<b>CIDADE</b> Ouro Preto	<b>UF</b> MG	<b>CEP</b> 35402-233	<b>EMAIL</b> Apacop25@yahoo.com.br
<b>NOME DO RESPONSÁVEL LEGAL</b> Mara Imaculada Ângelo Gonçalves		<b>CPF</b> 075.898.066-33	
<b>CI./ÓRGÃO EXPEDIDOR</b> MG-		<b>CARGO</b> Presidente	<b>DATA VENC. MANDATO</b> 2024/2025
<b>IDENTIFICAÇÃO DO CONCEDENTE</b> MUNICÍPIO DE OURO PRETO/MG		<b>CNPJ</b> 18.295.295/0001-36	
<b>ENDEREÇO SEDE (Av., Rua, nº, Bairro)</b> PRAÇA BARÃO DO RIO BRANCO, 12			
<b>CIDADE/ UF</b> OURO PRETO/MG	<b>CEP</b> 35.400-000	<b>TELE/FAX</b> (31)3559-3260	<b>EMAIL</b>
<b>NOME DO RESPONSÁVEL LEGAL</b> ANGELO OSWALDO DE ARAÚJO SANTOS			<b>CPF</b> 055.593.596-53
<b>CI./ÓRGÃO EXPEDIDOR</b> M-195.169-SSP/MG		<b>CARGO</b> PREFEITO	

CARACTERIZAÇÃO DA PROPOSTA – (ANEXO II)

<b>PROGRAMA / TÍTULO DA OBRA</b> CONTRATAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE DE OURO PRETO.	
<b>FUNDAMENTAÇÃO LEGAL</b> LEI 8666/1993	<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b> 12 meses
<b>OBJETO</b> Contratação da Associação de Pais e Amigos de Excepcionais de Ouro Preto com sede à rua João Pedro da Silva, nº: 225 – Bauxita – Ouro Preto, para prestação de serviços de assistência à saúde, serviços educacionais e serviços gerais destinados a crianças com deficiência de Ouro Preto. A contratação se enquadra nas hipóteses do art. 25, caput, da Lei 8.666/93. Este Termo de Referência consignará, de forma detalhada, a descrição do objeto contratado, os serviços a serem prestados e necessários, procedimentos a serem seguidos, cuidados, deveres e gestão da qualidade a melhoria da sua qualidade de vida. Auxílio para a aquisição de produtos para compor a merenda escolar.	
<b>JUSTIFICATIVA</b> Justifica-se a presente contratação na singularidade do objeto, na inviabilidade de competição em face a especificidade das atividades que a associação realiza no município. Além disso, destaca-se o fato de ser a Unidade APAE, a única instituição no município de Ouro Preto que presta este tipo de serviço. É muito relevante esta contratação por se tratar de pessoa com especificidades, são ser humanos dotados de sentimentos, emoções e elaborações mentais. Suas necessidades devem ser entendidas como uma de suas múltiplas características e não como a única configuração possível de sua individualidade. Cada pessoa possui diferentes possibilidades. É preciso que saibamos reconhecê-las para dar a cada uma a abordagem necessária. A sociedade tem a responsabilidade de comprometer-se nas questões da pessoa com deficiência, não devendo atribuir somente às famílias, órgãos públicos e organizações filantrópicas a responsabilidade desta questão.	
<b>OBJETIVOS GERAL – ESPECÍFICOS</b> Promover o desenvolvimento social de educandos, através de ações de caráter participativo e educativo, tornando a APAE/Ouro Preto uma Escola Especial, para fins de certificação de terminalidades específicas comuns. Conhecendo a realidade de nosso trabalho e o meio social, no qual está inserida. Esses são elementos norteadores do papel social da escola e o espaço de transformação e melhoria da qualidade de vida, individual e coletiva, portanto, cabe a escola, auxiliar na organização dos interesses	



e necessidade da nossa clientela, ou seja, Educação Especial.

Proporcionar o desenvolvimento global dos alunos com deficiência visando sua integração e inclusão na sociedade, através de um processo educacional e terapêutico para atender suas necessidades, onde são desenvolvidos por profissionais capacitados, currículos adaptados, programas e procedimentos metodológicos diferenciados, apoiados em equipamentos e materiais didáticos específicos. Incluindo compreender e participar do movimento social pela inclusão e de interesse da APAE. O ritmo e condições para a inclusão deverão ser respeitadas de acordo com a necessidade da pessoa com deficiência e da comunidade. Acompanhar, propor e subsidiar a formulação de legislações específica de garantias de direitos. Garantir que os direitos das pessoas com deficiência estejam incluídos em todas as políticas públicas. E compor e participar efetivamente dos diversos conselhos e da discussão das diversas políticas pública, no sentido de deliberação, controle social e financiamento das políticas públicas.

#### **METAS**

- Possibilitar o desenvolvimento do potencial da pessoa com deficiência, melhorando a sua qualidade de vida.
- Propiciar à pessoa com deficiências condições para o desenvolvimento e manifestação de sua individualidade.
- Oferecer diferentes possibilidades técnicas e instrumentais para a preparação da pessoa com deficiência para a vida.
- Sensibilizar a sociedade para a causa da pessoa com deficiência reduzindo preconceitos e ampliando a consciência quanto ao seu papel e posicionamento.
- Assegurar a observação e divulgação dos direitos das pessoas com deficiência.
- A APAE deve divulgar os direitos da pessoa com deficiência, mas, deve respeitar também, as condições, para de fato exercitar esse direito, que passa para a esfera da decisão individual de cada pessoa.
- A APAE deve oferecer as condições de tratamento especializado às pessoas com deficiência contribuindo para
- Sensibilizar a sociedade para a causa do portador de necessidades especiais, reduzindo seus preconceitos, ampliando sua consciência quanto ao seu papel e o posicionamento frente a instituição e ao portador de necessidades especiais.
- Assegurar a observação e divulgação dos direitos do portador de necessidades especiais.

#### **RESULTADOS ESPERADOS**

Promover e articular ações de defesa de direitos, prevenção, orientações, prestações de serviços, apoio a família direcionada a melhoria de qualidade de vida da pessoa com deficiência e a construção de uma sociedade justa e solidária.

Oferecer ensino de excelência, propiciando condições de aprendizagem significativas, atualizadas e eficazes, de forma que, consiga desenvolver nos alunos a curiosidade e a procura pelo conhecimento.

Pretende-se em que todos os trabalhos estejam presentes a estética da sensibilidade, a política da igualdade e a consideração dos 4(quatro) pilares da educação:

- Aprender a conhecer;
- Aprender a fazer;
- Aprender a ser;
- Aprender a conviver;

#### **CONTRATANTE/CONTRATADA**

Contratante

- a) Acompanhar e fiscalizar a execução do Termo de Contrato;
- b) Atestar as notas fiscais/faturas referentes à execução do Termo de Contrato; efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA;
- c) Prestar todas as informações e demais esclarecimentos, solicitados pela CONTRATADA, necessários ao regular cumprimento de suas obrigações;
- d) Não permitir que outrem execute o objeto contratado
- e) Prestar informações da prestação de contas
- f) Realizar os pagamentos das contas referente ao consumo de energia elétrica e consumo de água.

Incumbe à CONTRATADA:

Contratada



- a) Realizar minuciosa vistoria nos locais onde serão executados os serviços a fim de que tenha conhecimento pleno das condições ambientais e técnicas exigidas.
- b) Responsabilizar-se pelo cumprimento das prescrições referentes às leis trabalhistas, e previdência social e de segurança do trabalho, em relação a seus empregados.
- c) Comunicar, por escrito, eventual atraso, anormalidade de caráter urgente prestando os esclarecimentos julgados necessários e ainda informar a paralisação dos serviços, apresentando razões justificadoras a serem apreciadas pelo gestor do contrato.
- d) Prestar efetivos serviços educacionais, de assistência à saúde e serviços gerais, destinados às crianças com deficiência da cidade de Ouro Preto/MG.

#### CUSTO ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

O custo estimado para a contratação se baseia na demanda atual de crianças atendidas pela APAE, bem como pelos profissionais necessários ao cumprimento dos objetivos supramencionados.

O quadro abaixo enumera a demanda de profissionais, equipamentos e materiais necessários à prestação dos serviços especializados. O valor dos serviços contratados se justifica, tendo em vista o custo total da contratada para sua realização, levando em consideração os custos operacionais, abaixo discriminados.

#### ANEXO – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICA

Especificação	Quant.	Unidade	DURAÇÃO	
			Início (Mês/ano)	Término (Mês/ano)
Contratação da APAE	12	Mês	Março 2024	Fevereiro 2025

#### Secretaria Municipal de Assistência Social

Especificação	Quant.	Unidade	VALORES EM R\$	
			Unitário	Total
		Meses		
Secretária Executiva	1	12	3.635,80	43.620,60
13º salário	1	1	3.635,80	3.635,80
FÉRIAS 1/3	1	1	1.211,93	1.211,93
FGTS	8,00%	14	290,86	4.072,04
PIS folha de pagamento	1,00%	14	36,36	509,04
<b>Fundo de Rescisão Contratual</b>	<b>40%</b>	<b>1</b>	<b>1.628,81</b>	<b>1.628,81</b>
Aviso prévio indenizado	2,00%	1	72,72	1.423,41
Incidência FGTS s/ aviso prévio indenizado	0,75%		27,27	
Multa sobre FGTS e Contribuições sociais sobre o aviso prévio indenizado	0,26%		9,45	
Aviso prévio trabalhado	8,33%		302,86	
Incidência FGTS s/ aviso prévio trabalhado	0,75%		27,27	
Multa sobre FGTS e Contribuições sociais sobre o aviso prévio trabalhado	0,26%		9,45	
INSS	26,80%		14	
<b>TOTAL</b>				<b>69.743,09</b>

#### PERCAPITA POR ALUNOS PARA A AQUISIÇÃO DE TODOS OS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

Será repassado uma percapta do valor de 1,40 centavos o dia letivo por aluno, sendo ofertado durante 10 meses por ano. Justificando o valor por aluno pegando referência os valores de distribuição do caixa escolar para as creches por ser uma aquisição global de gêneros alimentícios - *decreto n° 7.071 de 10 agosto de 2023*.

#### Numero de alunos

Municipal	210
Estadual	0
Total	210

Obs: O cálculo pela quantidade de alunos 210 o valor referência é de 1,40 por aluno, por dia letivo/mês, ou seja, 20 dias multiplicando esses valores o resultado é de 5.800 reais por mês.



Por se tratar de uma instituição sem fins lucrativos e a única com atuação apropriada a proporcionar às pessoas com deficiência terem acesso à Educação Formal tratamentos em diversos especializados no Município de Ouro Preto, atendendo a sede, distritos e subdistritos em situações de vulnerabilidade social. Fica incluso nas obrigações de pagamento das contas indispensáveis para o funcionamento da instituição: como de consumo de água e consumo de energia elétrica. Contas consumo Saneouros repasse de **RS:162,25** e consumo de CEMIG e CEMIG SIM **RS:2.046,52**.

Gastos com energia elétrica em 5 meses			
Mês	Concessionária	Valor	Valor total por mês
Maio	CEMIG	R\$ 665,13	R\$ 1.667,99
Maio	CEMIG SIM	R\$ 1.002,86	
Junho	CEMIG	R\$ 405,81	R\$ 1.784,58
Junho	CEMIG SIM	R\$ 1.378,77	
Julho	CEMIG	R\$ 195,56	R\$ 1.654,64
Julho	CEMIG SIM	R\$ 1.459,08	
Agosto	CEMIG	R\$ 157,19	R\$ 1.444,42
Agosto	CEMIG SIM	R\$ 1.287,23	
Setembro	CEMIG	R\$ 168,55	R\$ 1.634,28
Setembro	CEMIG SIM	R\$ 1.465,73	
Valor total dos últimos 5 meses			<b>R\$ 8.185,91</b>
Média dos últimos 5 meses			<b>R\$ 1.637,18</b>
Média + 25%			<b>R\$ 2.046,42</b>

Gastos com água em 5 meses		
Mês	Concessionária	Valor
Julho	SANEURO	R\$ 153,07
Agosto	SANEURO	R\$ 102,51
Setembro	SANEURO	R\$ 125,05
Outubro	SANEURO	R\$ 167,27
Novembro	SANEURO	R\$ 101,12
Valor total dos últimos 5 meses		<b>R\$ 649,02</b>
Média dos últimos 5 meses		<b>R\$ 129,80</b>
Média + 25%		<b>R\$ 162,25</b>

#### Gasto anual

Total do ano salário mais atribuições:	<b>R\$ 69.743,09</b>
Total do ano para a aquisição de gêneros alimentícios	<b>R\$58.000</b>
Total ano Saneouros	<b>R\$: 1.947,00</b>
Total ano CEMIG mais CEMIG SIM:	<b>R\$ 24.558,24</b>

Valor total do convênio referente a 12 meses: **R\$ 154.248,33** (cento e cinquenta e quatro mil, duzentos e quarenta e oito reais e trinta e três centavos)

#### POSSIBILIDADE DE REAJUSTE

A possibilidade de reajuste salarial definido anualmente em Convenções Coletivas.

#### DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

02.31.01.12.122.0037.2275 3.3.50.43.00 FICHA 1641 FR 500 1.500.000 CA 0000  
02.31.01.12.306.0038.2061 3.3.50.43.00 FICHA 1640 FR 500 1.500.000 CA 0000





## A DESIGNAÇÃO DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO CONVÊNIO.

A fiscalização e controle na utilização dos recursos repassados serão feitos pelos seguintes servidores:

- Angeluce de Oliveira Carvalho, matrícula 45511 – Gerente administrativa – Secretaria Municipal de Educação.
- Katrine Luiza da Silva Alves, matrícula 13282 – Diretora Administrativa – Secretaria Municipal de Educação.

## GESTOR DO CONVÊNIO

Como gestor do contrato fica indicada a servidora Sílvia Gabriel Teixeira matrícula 045490

## DECLARAÇÃO DO PROPONENTE

Na qualidade de representante legal do proponente, declaro para os devidos fins de prova junto ao Município através da Prefeitura Municipal de Ouro Preto/MG para os efeitos e sob as penas da lei que inexistem qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Nacional ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal que impeça a transferência de recursos oriundos de dotação consignadas no orçamento do Município, na forma deste plano de trabalho.

Pede deferimento,

Ouro Preto, 5 março 2024

**Maria Imaculada Ângelo Gonçalves**  
Presidente da APAE- OP

## ANÁLISE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Analisado e aprovado pelo Secretaria Municipal de Educação.

Ouro Preto, 5 março 2024

**DEBORAH ETRUSCO TAVARES:**  
03466456622

Assinado digitalmente por DEBORAH ETRUSCO TAVARES:03466456622  
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC DIGITAL MULTIPLA G1, OU=27489125000193, OU=presencial, OU=Certificado PF A3, CN=DEBORAH ETRUSCO TAVARES:03466456622  
Razão: Eu sou o autor deste documento  
Localização: Secretaria Municipal de Educação  
Foxit PDF Reader Versão: 11.2.2

**Deborah Etrusco Tavares**  
Secretário Municipal de Educação

## APROVAÇÃO PELO CONCEDENTE

Aprovação pelo Concedente.

Ouro Preto, 5 março 2024

**Ângelo Oswaldo de Araújo Santos**  
Prefeito de Ouro Preto/MG

## GESTOR DO CONVÊNIO

Ouro Preto, 5 março 2024

**SILVIA GABRIEL TEIXEIRA:**  
07343137646

Assinado digitalmente por SILVIA GABRIEL TEIXEIRA:07343137646  
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A3, OU=AC VALID RFB V5, OU=AR CERTDATA, OU=Videoconferencia, OU=16986332000127, CN=SILVIA GABRIEL TEIXEIRA:07343137646  
Razão: Eu sou o autor deste documento  
Localização: Secretaria Municipal de Educação  
Foxit PDF Reader Versão: 11.2.2

**Sílvia Gabriel Teixeira**  
Secretária Municipal Adjunta de Educação  
Gestora do Contrato



## Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ouro Preto

*Escola de Educação Especial Dr. Hélio Harmendani*

CNPJ: 16.843.062/0001-03

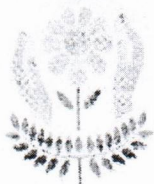
FUNDAÇÃO: 17/11/1982

Endereço: Rua João Pedro da Silva, 255 – Bauxita - Ouro Preto/MG CEP: 35.400-000

Telefone: (31) 3551 5699 E-mail: apaeop25@yahoo.com.br

Utilidade Pública: Federal nº 50.517 de 20/09/01, Estadual nº 8867 de 09/07/85 e Municipal nº 18 de 13/11/84

CEBAS: Portaria nº 43 de 31/03/15 Filiação Federação Nacional das APAE's: nº 882 em 18/05/9



**APAE**  
Ouro Preto - MG

### ESTATUTO DA APAE DE OURO PRETO

#### CAPÍTULO I

##### Da Denominação, Sede e Fins

Art. 1º – A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ouro Preto ou, abreviadamente, Apae de Ouro Preto, fundada em Assembleia realizada em 17 de novembro de 1982 nesta cidade de Ouro Preto, passa a regular-se por este Estatuto, pelo Regimento Interno e pela legislação civil em vigor.

Art. 2º – A Apae de Ouro Preto é uma associação civil, beneficente, com atuação nas áreas de assistência social, educação, saúde, prevenção, trabalho, profissionalização, defesa e garantia de direitos, esporte, cultura, lazer, estudo, pesquisa e outros, sem fins lucrativos ou de fins não econômicos, com duração indeterminada, tendo sede na Rua João Pedro da Silva, nº 255, bairro Bauxita, e foro no município de Ouro Preto, estado de Minas Gerais.

Art. 3º – A Apae de Ouro Preto tem por MISSÃO promover e articular ações de defesa de direitos e prevenção, orientações, prestação de serviços, apoio à família, direcionadas à melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência e à construção de uma sociedade justa e solidária.

Art. 4º – A Apae de Ouro Preto adota como símbolo a figura da flor margarida, com pétalas amarelas, centro laranja, pedúnculo e duas folhas verdes, uma de cada lado, ladeada por duas mãos em perfil, na cor cinza, desniveladas, uma em posição de amparo e a outra, de orientação, tendo embaixo, partindo do centro, dois ramos de louro, contendo tantas folhas quanto forem os números dos estados brasileiros mais o Distrito Federal.

*Parágrafo Único* – A utilização e a aplicação do símbolo do movimento apaeano deverá observar cores, proporções, áreas de isolamento, tipografia, formatação das assinaturas, em conformidade com o manual da marca expedido pela Federação Nacional das Apaes.

Art. 5º – A bandeira da Apae de Ouro Preto, na cor azul, contendo ao centro o símbolo do movimento apaeano e o nome da Apae, terá dimensões na proporção de 1 de altura por 1,5 de largura.

*Parágrafo Único* – A confecção da bandeira, contemplando a aplicação da marca e das cores, deverá estar em conformidade com o manual da bandeira expedido pela Federação Nacional das Apaes.

Art. 6º – Os eventos realizados pela Apae poderão utilizar como instrumento norteador o *Manual Básico – Cerimonial da Rede Apae*, elaborado pela Federação Nacional das Apaes, para organização de seus protocolos.



Art. 7º – O dia 11 de dezembro é consagrado como Dia Nacional das Apaes (Lei nº 10.242, de 19 de junho de 2001), e deverá, obrigatoriamente, ser comemorado com o hasteamento da bandeira da Apae.

Art. 8º – Considera-se “Excepcional” ou “Pessoa com Deficiência” aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas.

Art. 9º – São os seguintes os fins e objetivos desta Apae, nos limites territoriais do seu município, voltados a promoção de atividades de finalidades de relevância pública e social, em especial:

I – promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, e transtornos globais do desenvolvimento, em seus ciclos de vida: crianças, adolescentes, adultos e idosos, buscando assegurar-lhes o pleno exercício da cidadania;

II – prestar serviço de habilitação e reabilitação ao público definido no inciso I deste artigo, e a promoção de sua integração à vida comunitária no campo da assistência social, realizando atendimento, assessoramento, defesa e garantia de direitos, de forma isolada ou cumulativa às pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, e para suas famílias;

III – prestar serviços de educação especial às pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla;

IV – oferecer serviços na área da saúde, desde a prevenção, visando assegurar uma melhor qualidade de vida para as pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla.

Art. 10 – Para consecução de seus fins, a Apae se propõe a:

I – executar serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, de forma gratuita, permanente e continuada aos usuários da assistência social e a quem deles necessitar, sem qualquer discriminação, de forma planejada, diária e sistemática, não se restringindo apenas a distribuição de bens, benefícios e encaminhamentos;

II – promover campanhas financeiras de âmbito municipal e colaborar na organização de campanhas nacionais, estaduais e regionais, com o objetivo de arrecadar fundos destinados ao financiamento das ações de atendimento à pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, bem como a realização das finalidades da Apae;

III – incentivar a participação da comunidade e das instituições públicas e privadas nas ações e nos programas voltados à prevenção e ao atendimento da pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla;

IV – promover parcerias com a comunidade e com instituições públicas e privadas, oportunizando a habilitação e a colocação da pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, no mundo do trabalho;





V – participar do intercâmbio entre as entidades coirmãs, as análogas filiadas, as associações congêneres e as instituições oficiais municipais, nacionais e internacionais;

VI – manter publicações técnicas especializadas sobre trabalhos e assuntos relativos à causa e à filosofia do Movimento Apaeano;

VII – solicitar e receber recursos de órgãos públicos ou privados, e contribuições de pessoas físicas;

VIII – firmar parcerias com entidades coirmãs e análogas, solicitar e receber recursos de órgãos públicos e privados, e as contribuições de pessoas físicas e jurídicas;

IX – produzir e vender serviços para manutenção da garantia de qualidade da oferta dos serviços prestados;

X – fiscalizar o uso do nome “Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais”, do símbolo e da sigla Apae, informando o uso indevido à Federação das Apaes do Estado ou à Federação Nacional das Apaes;

XI - promover meios para o desenvolvimento de atividades extracurriculares para os seus assistidos e às suas famílias

XII – desenvolver ações de fortalecimento de vínculos familiares, prevenindo a ocorrência de abrigamentos;

XIII – apoiar e/ou gerenciar casas-lares para as pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, em situação de risco social ou abandono;

XIV – garantir a participação efetiva das pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, na gestão das Apaes;

XV – coordenar e executar, nos limites territoriais do seu município, os objetivos, programas e a política da Federação das Apaes do Estado e da Federação Nacional das Apaes, promovendo, assegurando e defendendo o progresso, o prestígio, a credibilidade e a unidade orgânica e filosófica do Movimento Apaeano;

XVI – atuar na definição da política municipal de atendimento à pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, em consonância com a política adotada pela Federação das Apaes do Estado e pela Federação Nacional das Apaes, coordenando e fiscalizando sua execução;

XVII – articular, junto aos poderes públicos municipais e às entidades privadas, políticas que assegurem o pleno exercício dos direitos da pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla;

XVIII – encarregar-se, em âmbito municipal, da divulgação de informações sobre assuntos referentes à pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, incentivando a publicação de trabalhos e de obras especializadas;





XIX – compilar e/ou divulgar as normas legais e os regulamentares federais, estaduais e municipais, relativas à pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, provocando a ação dos órgãos municipais competentes no sentido do cumprimento e do aperfeiçoamento da legislação;

XX – promover e/ou estimular a realização de estatísticas, estudos e pesquisas em relação à causa da pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, propiciando o avanço científico e a permanente formação e capacitação dos profissionais e voluntários que atuam na Apae;

XXI – promover e/ou estimular o desenvolvimento de programas de prevenção da deficiência, de promoção, de proteção, de inclusão, de defesa e de garantia de direitos da pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, de apoio e orientação à sua família e à comunidade;

XXII – estimular, apoiar e defender o desenvolvimento permanente dos serviços prestados pela Apae, impondo-se a observância dos mais rígidos padrões de ética e de eficiência, de acordo com o conceito do Movimento Apaeano;

XXIII – divulgar a experiência apaeana em órgãos públicos e privados, pelos meios disponíveis;

XXIV – desenvolver o programa de autodefensoria, garantindo a participação efetiva das pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, na gestão da Apae;

XXV – promover e articular serviços e programas de prevenção, educação, saúde, assistência social, esporte, lazer, trabalho, visando à plena inclusão da pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla.

Art. 11 – A Apae de Ouro Preto integra-se, por filiação, à Federação Nacional das Apaes, de quem recebe orientação, assessoramento e permissão para uso de nome, símbolo e sigla APAE, a cujo Estatuto adere.

§ 1º - Após a filiação à Federação Nacional das Apaes, a Apae, será automaticamente filiada à Federação do seu respectivo Estado, a cujo Estatuto adere.

§ 2º – A concessão, a utilização e a permanência do direito de uso do nome, símbolo e sigla Apae pela filiada estão condicionadas à observância do Estatuto, das Resoluções, do Regimento Interno e das decisões dos órgãos diretivos da Federação Nacional das Apaes e da Federação das Apaes dos Estados.

§ 3º – A Apae apresentará, anualmente, à Federação das Apaes do Estado, até o dia 30 de abril, relatório sucinto de suas atividades, plano de ações para o ano seguinte, indicando os pontos positivos e negativos encontrados em sua administração, no exercício.

Art. 12 – A Apae preservará sua autonomia administrativa, financeira e jurídica perante a Federação das Apaes do Estado, Federação Nacional das Apaes, Administração Pública e entidades privadas, não gerando, em nenhuma hipótese, direitos a vínculos empregatícios entre seus funcionários,



dirigentes, prepostos e/ou contratados, competindo a cada uma, particularmente e com exclusividade, o cumprimento das suas respectivas obrigações comerciais, contratuais, trabalhistas, sociais, de acidentes do trabalho, previdenciárias, fiscais e tributárias, de conformidade com a legislação vigente e/ou práticas comerciais, financeiras ou bancárias em vigor.

## CAPÍTULO II

### Dos Associados

#### Seção I

#### Do Quadro Social

Art. 13 – A Apae de Ouro Preto é constituída por número ilimitado de associados, pessoas físicas e jurídicas, neste caso representada pelo Diretor ou Presidente que consta do contrato social.

§1º – São requisitos para admissão do associado: idoneidade, maioridade, capacidade legal, envolvimento com a causa da pessoa com deficiência, compromisso com as ações desenvolvidas pela Apae.

§2º – Os associados não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações e encargos sociais da Apae.

Art. 14 – O quadro social da Apae é constituído pelas seguintes categorias de associados:

I – contribuintes: pessoas físicas e jurídicas, devidamente cadastradas, que contribuem com a Apae por contribuição regular, em dinheiro, mediante manifestação de vontade em contribuir para a execução dos objetivos da Apae, firmando termo de adesão de associado; sendo que o voto da pessoa jurídica será exercido por apenas 01 (um) sócio/diretor representante.

II – beneméritos: pessoas físicas ou jurídicas que, a juízo do Conselho de Administração ou por proposta da Diretoria Executiva, prestam relevantes serviços ao movimento das Apaes;

III – correspondentes: aqueles que prestam colaboração à Apae, porém residem em outros pontos do território nacional ou em outro país;

IV – honorários: personalidades, nacionais ou estrangeiras, que tenham prestado relevantes serviços à causa da pessoa com deficiência, ou que tenham concorrido de maneira apreciável para o progresso da humanidade no campo da deficiência;

V – especiais: pessoas com deficiência, maiores de 16 anos, que estejam matriculadas nos programas de atendimento da Apae. seus pais e mães ou responsáveis legais, sendo-lhes assegurado o direito de votar e de serem votados, exigindo-se o termo de adesão;

VI – fundadores: pessoas que participaram da primeira Assembleia Geral de Fundação da Apae e assinaram a respectiva ata.





Art. 15 – Compete à Apae exigir de seus associados o permanente exercício de conduta ética de forma a preservar e aumentar o conceito do Movimento Apaeano.

## Seção II

### Dos Títulos Honoríficos

Art. 16 – A Apae poderá conceder, em casos especiais, os títulos honoríficos de Agradado Benemérito e Agradado Honorário.

I – São Agraciados Beneméritos as personalidades, físicas ou jurídicas, que a juízo do Conselho de Administração ou por proposta da Diretoria Executiva, hajam contribuído de maneira apreciável para o progresso do movimento das Apaes.

II – São Agraciados Honorários as personalidades, nacionais ou estrangeiras, que a juízo do Conselho de Administração ou por proposta da Diretoria Executiva, tenham prestado relevantes serviços à causa da pessoa com deficiência ou tenham concorrido de maneira apreciável para o progresso da humanidade no campo da deficiência;

III – A concessão de título honorífico será deliberada em votação secreta, no mínimo, por dois terços da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração da Apae.

IV – O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva indicarão uma Comissão composta por 2 (dois) membros da Diretoria Executiva e 2 (dois) membros do Conselho de Administração, para examinar as obras e o "curriculum vitae" dos indicados, deliberando por votação de, no mínimo, dois terços dos seus membros.

V – A concessão de título honorífico não cria obrigação para o agraciado em relação à Apae, nem lhe assegura os direitos previstos aos associados contribuintes definidos neste Estatuto.

## Seção III

### Dos Direitos dos Associados

Art. 17 – São direitos assegurados aos Associados Especiais e Contribuintes, quites com suas obrigações sociais:

I – ter o seu filho ou dependente com deficiência matriculado na Apae e utilizar-se dos serviços por ela prestados;

II – participar das Assembleias Gerais;

III – propor candidatos à eleição de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva da Apae;





IV – participar das reuniões da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração da Apae, usando da palavra, mas sem direito a voto;

V – apresentar, à Diretoria Executiva, idéias e sugestões, temas para discussão, teses e assuntos de interesse comum;

VI – participar de todos os eventos organizados pela Apae, pelo Conselho Regional, pela Federação das Apaes do Estado e pela Federação Nacional das Apaes;

VII – apresentar propostas de alteração do Estatuto da Apae, submetendo-as à apreciação e à aprovação do Conselho de Administração da Federação Nacional das Apaes;

VIII – participar de diferentes comissões técnicas, de estudo e de trabalhos, quando convidado e de acordo com sua disponibilidade;

IX – requerer o desligamento do quadro social, mediante solicitação dirigida à Diretoria da Apae;

X – em caso de morte, os direitos do associado não se transferem a terceiros;

XI – convocar os órgãos deliberativos da Apae quando houver requerimento de 1/5 (um quinto) dos associados.

§ 1º – Os associados beneméritos, correspondentes, honorários e fundadores não poderão votar nem serem votados, exceto se forem também associados contribuintes.

§ 2º – Para gozar de qualquer dos direitos acima enumerados, é necessário que o associado se encontre quite com suas obrigações sociais.

§ 3º – Os associados contribuintes, quando funcionários da Apae, com vínculo direto ou indireto, não poderão votar nem serem votados, nem convocar Assembléia Geral Extraordinária.

#### Seção IV

#### Das Obrigações dos Associados

Art. 18 – São obrigações dos associados da Apae:

I – manter padrão de conduta ética de forma a preservar e a aumentar o conceito do Movimento Apaeano no município;

II – pagar as contribuições enquanto associados contribuintes, e prestar todas as informações solicitadas pelos órgãos diretivos;

III – aceitar as incumbências que lhes forem atribuídas pelos órgãos diretivos da Apae,





participando de diferentes comissões técnicas, de estudo e de trabalhos;

IV – cumprir, acatar e respeitar as disposições estatutárias, as resoluções da Diretoria Executiva, o regimento interno, bem como as decisões dos órgãos diretivos da Apae;

V – informar, por escrito, aos órgãos diretivos da Apae, quando identificar qualquer suspeita de irregularidade no funcionamento de serviços, para averiguação e providências;

VI – submeter as propostas de alteração do Estatuto da Apae à apreciação e à aprovação do Conselho de Administração da Federação Nacional das Apaes.

## Seção V

### Das Penalidades Aplicáveis aos Associados

Art. 19 – As infrações ao presente Estatuto e as irregularidades de qualquer natureza cometidas pelos Associados acarretarão procedimentos e penalidades aplicados pela Diretoria Executiva da Apae, nas modalidades de advertência, suspensão e exclusão.

I – Advertência para punir faltas leves conforme sejam definidas e regulamentadas pelo Conselho de Administração, a qual será aplicada pelo Presidente da Apae;

II – Suspensão do direito de votar e ser votado pelo prazo de 08 (oito) anos para os cargos da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

III – Exclusão do quadro social quando as infrações consistirem em desvio de ética do associado como componente do corpo social, dos compromissos, padrões de conduta, filosofia, Estatuto, Regulamento e Resoluções da Apae, da Federação das Apaes do Estado e da Federação Nacional das Apaes.

§ 1º – A exclusão será deliberada e aplicada pelos membros da Diretoria Executiva, *ad referendum* do Conselho de Administração para punir faltas muito graves.

§ 2º – Fica assegurado prévio direito de defesa a todos os associados quando lhes forem imputadas as infrações previstas neste artigo, cabendo-lhes, ainda, na hipótese de suspensão e exclusão, recurso para a Assembleia Geral, sem efeito suspensivo, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação.

§ 3º – A exclusão considerar-se-á definitiva se o associado não recorrer da penalidade, no prazo previsto no § 2º deste artigo.





## Seção VI

### Do Processo de Apuração de Irregularidades na Apae

Art. 20 – Diante de irregularidades na Apae, será constituída Comissão de Ética designada pela Federação das Apaes do Estado e/ou pela Diretoria da Apae que não seja parte das denúncias apresentadas, marcando-se prazo de 15 (quinze) dias para apresentar a defesa que tiver, assegurados aos denunciados a ampla defesa e o contraditório.

I – O não atendimento, pelo associado, aos termos da notificação, sujeitá-lo-á aos procedimentos de advertência, suspensão ou exclusão, decretados pela Diretoria Executiva da Apae "ad referendum" do Conselho de Administração.

II – À Comissão de Ética compete apurar os fatos noticiados encaminhando relatório circunstanciado para a Federação das Apaes do Estado e/ou para a Diretoria da Apae, que expedirá parecer conclusivo.

III – A análise dos relatórios será feita pela Diretoria Executiva "ad referendum" do Conselho de Administração da Federação das Apaes do Estado e/ou da Apae que expedirá parecer recomendando a aplicação das penalidades previstas no art. 19, a intervenção na Apae ou ainda o arquivamento da denúncia.

IV – Caracterizada a necessidade de Intervenção, caberão aos interventores todos os atos de gestão na Apae, incluindo negociação com o Poder Público, acerto de dívidas, regularização da documentação, continuidade dos atendimentos e dos projetos já existentes, contratação e dispensa de funcionários, entre outros.

V – A Intervenção terminará com a eleição da nova Diretoria da Apae, que, assumindo o cargo, responsabilizar-se-á por dar continuidade aos trabalhos iniciados, dentro do padrão de ética e unidade do Movimento Apaeano.

VI – Nos casos em que todos os procedimentos adotados pela Federação das Apaes do Estado, no processo de intervenção, não sejam capazes de superar as dificuldades existentes na Apae, caberá a esta mesma Federação comunicar a Federação Nacional das Apaes para a aplicação da sanção consistente na cassação da autorização do uso do nome, sigla e símbolo Apae, com remessa dos fatos apurados ao Ministério Público Estadual e Federal, se for o caso, para as providências cabíveis, dando-se ampla divulgação no município.

VII – Os procedimentos para aplicação das penalidades serão regulamentados no Regimento Interno ou por meio de resoluções baixadas pela Diretoria Executiva da Apae "ad referendum" do Conselho de Administração.

VIII – O recurso de qualquer penalidade aplicada terá efeito somente devolutivo e será dirigido e apreciado pela Assembleia Geral Extraordinária.





### CAPÍTULO III

#### Da Organização, do Funcionamento e da Administração da Apae

##### Seção I

##### Da Organização

Art. 21 – São órgãos da Apae, responsáveis por sua administração:

- I – Assembleia Geral;
- II – Conselho de Administração;
- III – Conselho Fiscal;
- IV – Diretoria Executiva;
- V – Autodefensoria;
- VI – Conselho Consultivo.

§ 1º – Os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, e os da Diretoria Executiva deverão ser associados contribuintes da Apae há, pelo menos, 1 (um) ano, preferencialmente com experiência diretiva no Movimento Apaeano, quites com suas obrigações junto à tesouraria, ou associados especiais que comprovem matrícula e frequência regulares há, no mínimo, 1(um) ano, nos programas de atendimento da Apae.

§ 2º – O exercício das funções de membros dos órgãos indicados neste artigo não pode ser remunerado por qualquer forma ou título, sendo vedada a distribuição de lucros, resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio sob nenhuma forma ou pretexto ou de quaisquer outras vantagens ou benefícios por qualquer forma a diretores, sócios, conselheiros, instituidores, benfeitores ou equivalentes.

§ 3º – Os cargos do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e o da Diretoria Executiva deverão ser ocupados, sempre que possível, por, no mínimo, 30% de pais ou responsáveis legalmente constituídos.

Art. 22 – Dirigentes de empresas terceirizadas, seus cônjuges, descendentes ou ascendentes, conviventes e parentes até o terceiro grau, que mantenham qualquer vínculo contratual ou comercial com a Apae, não poderão integrar a sua Diretoria Executiva, o seu Conselho de Administração nem o seu Conselho Fiscal.





## Seção II

### Da Assembleia Geral

Art. 23 – A Assembleia Geral, Ordinária ou Extraordinária, órgão soberano da Apae, será constituída pelos associados especiais e contribuintes que a ela comparecerem, quites com suas obrigações sociais e financeiras.

§ 1º – Terão direito de votar, nas Assembleias Gerais os associados especiais que comprovem a matrícula e a frequência regular há pelo menos 1 (um) ano nos programas de atendimento da Apae, e os associados contribuintes, exigindo-se destes a adesão ao quadro de associados da Apae há, no mínimo, 1 (um) ano, e que estejam em dia com suas obrigações sociais e financeiras.

§ 2º – No caso de procuração, esta deverá ter firma reconhecida em cartório, sendo que o outorgante e o outorgado deverão ser associados da Apae.

§ 3º – Não se admite mais de uma procuração por associado especial ou contribuinte.

§ 4º – A Assembleia Geral será instalada pelo Presidente da Apae. Na sequência, serão procedidas as eleições do Presidente e do Secretário da Assembleia para conduzir os trabalhos. Havendo mais de um candidato para os cargos de Presidente e Secretário da Assembleia Geral, serão constituídas chapas para votação direta.

§ 5º – Em caso de empate para os cargos de Presidente e Secretário da Assembleia, considerar-se-á eleito o associado há mais tempo no quadro social da Apae.

§ 6º – Caberá ao Presidente da Assembleia Geral Ordinária passar a palavra ao atual Presidente da Apae, que fará a prestação de contas do seu mandato, apresentando o balanço e o relatório de atividades, submetendo-os à aprovação da Assembleia Geral.

§ 7º – Na sequência, será realizada a eleição por votação secreta, sendo permitida por aclamação, quando se tratar de chapa única.

Art. 24 – A convocação da Assembleia Geral far-se-á por notificação aos associados, por meio de boletim, e-mail, circular ou outros meios convenientes e por publicação em jornal de circulação no município da Apae, admitindo-se, como alternativa, editais afixados no quadro de aviso da Apae e nos principais lugares públicos do município, com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) dias.

§ 1º – No edital de convocação da Assembleia Geral, Ordinária ou Extraordinária, deverão constar a data, horário, local e a respectiva ordem do dia.

§ 2º – A Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença da maioria dos associados, e, em segunda convocação, com qualquer número, meia hora depois, devendo ambas constarem dos editais de convocação, não exigindo a lei quórum especial.

Art. 25 – À Assembleia Geral, órgão soberano da Apae, compete exclusivamente:





- I – homologar as alterações do Estatuto;
- II – decidir sobre fusão, transformação e extinção da Apae;
- III – eleger os membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;
- IV – destituir membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;
- V – aprovar o relatório de atividades e as contas da Diretoria Executiva;
- VI – verificar a qualificação dos membros do Conselho Consultivo e proclamá-los, na forma estabelecida neste Estatuto;
- VII – apreciar recursos contra decisões da Diretoria.

*Parágrafo único* – As Assembleias Gerais realizar-se-ão, preferencialmente, na sede da Apae.

Art. 26 – A Assembleia Geral Ordinária reunir-se-á de três em três anos, no mês de novembro, para os fins determinados nos incisos III e VI do artigo 25.

*Parágrafo único* – Com exceção do ano de eleição da Diretoria da Apae, o relatório de atividades e as contas da Diretoria Executiva previstos no inciso V do art. 25 serão submetidos à aprovação da Assembleia Geral Ordinária, especialmente convocada para esse fim, até o dia 31 de maio de cada ano, com base nos demonstrativos contábeis encerrados em 31 de dezembro do ano anterior.

Art. 27 – A Assembleia Geral Extraordinária será convocada pela Diretoria Executiva, pelo Conselho de Administração ou, quando houver requerimento assinado, por, no mínimo, um quinto dos associados em dia com suas obrigações sociais financeiras, para os fins indicados nos incisos I, II, IV e VII do artigo 25, ou para tratar de assunto especial, determinado na sua convocação.

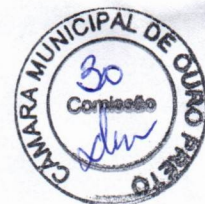
*Parágrafo único* – Para fins do disposto nos incisos I e IV do artigo 25, será exigido o voto concorde da maioria simples dos associados da Apae na Assembleia Geral Extraordinária especialmente convocada para esse fim.

### Seção III

#### Do Conselho de Administração

Art. 28 – O Conselho de Administração, composto de, no mínimo, 05 (cinco) membros, será eleito pela Assembleia Geral Ordinária, dentre os associados em pleno gozo de seus direitos, bem assim quites com seus deveres associativos previstos neste Estatuto.





§ 1º – O mandato dos membros do Conselho de Administração será de 3 (três) anos, permitindo-se a reeleição.

§ 2º – No caso de ocorrer vaga ou impedimento de algum dos membros do Conselho de Administração, o preenchimento será feito conforme decisão a ser tomada na primeira reunião do Conselho de Administração que se realizar.

§ 3º – O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente de 06 em 06 meses, obrigatoriamente, ou nos prazos que fixar o Regimento Interno, e, extraordinariamente, mediante convocação da Diretoria Executiva, ou de, pelo menos, 1/3 (um terço) de seus próprios membros.

§ 4º – As decisões do Conselho de Administração serão tomadas por maioria, com a presença, no mínimo, 2/3 (dois terços) de seus membros.

§ 5º – Os membros da Diretoria Executiva poderão assistir às reuniões do Conselho de Administração e delas participar, sem direito a voto.

§ 6º – As reuniões do Conselho de Administração serão presididas e secretariadas pelo Presidente e pelo Diretor Secretário da Apae, respectivamente, cabendo ao Presidente o direito ao voto de Minerva.

Art. 29 – Compete ao Conselho de Administração:

I – aprovar o Regimento Interno da Apae;

II – emitir parecer, para encaminhamento à Assembleia Geral, sobre as contas da Diretoria Executiva, previamente examinadas pelo Conselho Fiscal;

III – aprovar o Plano Anual de Atividades da Apae, o seu orçamento e as propostas de despesas extraordinárias;

IV – examinar o relatório de atividades da Diretoria Executiva e a situação financeira da Apae, em cada exercício;

V – responder às consultas feitas pela Diretoria Executiva;

VI – deliberar, em conjunto com a Diretoria Executiva, sobre os casos omissos neste Estatuto e no Regimento Interno;

VII – examinar e deliberar sobre a política de atendimento à pessoa com deficiência intelectual ou múltipla no âmbito da Apae;

VIII – referendar ou não, bem como rever, quando for o caso, penalidades aplicadas pela Diretoria Executiva;

IX – aprovar ou não o nome do Procurador Jurídico e do Procurador Adjunto, indicados pela Diretoria Executiva;



X – preencher as vagas que se verificarem no Conselho de Administração e no Conselho Fiscal;

XI – referendar os nomes para as vagas na Diretoria Executiva, indicados pela mesma, permanecendo os que desta forma forem investidos no exercício do cargo pelo restante do mandato dos substituídos;

XII – escolher, por meio de voto secreto, um nome dentre aqueles apresentados pela Diretoria Executiva como candidato à Presidência da Apae, permitindo-se ao mesmo indicar toda a nominata para o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e a Diretoria Executiva;

XIII – assumir a Presidência da Apae, no caso de renúncia ou destituição da Diretoria Executiva, por indicação de três de seus membros, convocando Assembleia Geral Extraordinária para eleição da Diretoria Executiva no prazo máximo de 60 (sessenta) dias;

XIV – aprovar a alienação ou aquisição de bens imóveis;

XV – aquisição e alienação de bens de que trata o inciso XIV deste artigo, somente será permitida se aprovada por decisão de, no mínimo, dois terços de seus membros;

XVI – aprovar por, no mínimo, dois terços dos votos dos seus membros, a obtenção de financiamento referido no inciso VII do artigo 35;

XVII – Estabelecer o valor mínimo da contribuição para os associados contribuintes, anualmente, na primeira reunião;

XVIII – Aprovar o regulamento de compras, alienações e contratações de bens, obras e serviços que deverá ser utilizado de maneira obrigatória na forma do quanto dispuser.

#### Seção IV

##### Do Conselho Fiscal

Art. 30 – O Conselho Fiscal será composto de 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes, eleitos pela Assembleia Geral Ordinária, dentre associados em pleno gozo de seus direitos, preferencialmente com experiência administrativa, contábil e fiscal.

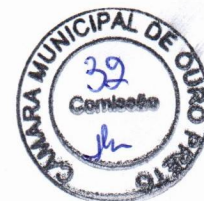
§ 1º – O mandato dos membros do Conselho Fiscal será de 3 (três) anos, permitindo-se a reeleição.

§ 2º – Em caso de vacância, o mandato será assumido pelo respectivo suplente, até seu término.

Art. 31 – Compete ao Conselho Fiscal:

I – reunir-se no mínimo duas vezes por ano, examinar e dar parecer sobre as contas da Diretoria





Executiva da Apae, deliberando com a presença de seus membros titulares, convocando-se seus suplentes, tantos quantos necessários, no caso de ausência, renúncia ou impedimento;

II – examinar os livros de escrituração da entidade;

III – examinar o balancete semestral apresentado pelo Diretor Financeiro, opinando a respeito;

IV – apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que forem solicitados;

V – opinar sobre aquisição e alienação de bens;

VI – promover gestões para o correto funcionamento fiscal da instituição;

VII – fornecer, obrigatoriamente, a cada seis meses, relatórios da situação fiscal e sugestões, quando necessário, para prevenir e corrigir problemas posteriores.

VIII – opinar sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas.

*Parágrafo Único* – O Conselho Fiscal poderá utilizar-se do assessoramento de um Auditor, de um Contador ou de um Técnico em Contabilidade, se assim necessitar.

## Seção V

### Da Diretoria Executiva

Art. 32 – A Diretoria Executiva da Apae será composta de, no mínimo:

I – Presidente;

II – Vice-Presidente;

III – 1º e 2º Diretores Secretários;

IV – 1º e 2º Diretores Financeiros;

V – Diretor de Patrimônio;

VI – Diretor Social.

§ 1º – A Diretoria Executiva será eleita em Assembleia Geral Ordinária, a cada 3 (três) anos, convocada especialmente para este fim.

§ 2º – O mandato dos membros da Diretoria Executiva será de 3 (três) anos, permitindo-se uma reeleição consecutiva.







§ 3º – Ao Presidente é permitido concorrer somente a 1 (uma) reeleição consecutiva, podendo ocupar, porém, outros cargos na Diretoria Executiva, exceto o de Vice-Presidente e os de Diretores Financeiros.

Art. 33 – A Diretoria Executiva reunir-se-á, no mínimo, de 02 em 02 meses, sendo necessária a presença de, pelo menos, cinco de seus membros, para as deliberações.

§ 1º – As deliberações da Diretoria serão tomadas por maioria simples de votos dos membros presentes.

§ 2º – O Presidente terá, além do seu, o voto de Minerva nos casos de empate.

§ 3º – Perderá o mandato qualquer dos membros da Diretoria Executiva, aquele que, sem justo motivo, deixar de comparecer a três reuniões consecutivas da Diretoria, ou a seis, alternadamente.

## Seção VI

### Das Atribuições da Diretoria Executiva

Art. 34 – Compete à Diretoria Executiva:

- I – promover e fomentar a realização dos fins da Apae;
- II – elaborar o Regimento Interno da Ápae e submetê-lo à aprovação do Conselho de Administração;
- III – lavrar em ata a aprovação e a admissão de novos associados;
- IV – lavrar em ata o pedido de desligamento do associado e a sua aprovação, não cabendo negativa da solicitação;
- V – elaborar e submeter ao Conselho de Administração, em até 60 dias do início do exercício, o plano anual/plurianual de atividades da Apae, o seu orçamento e as propostas de despesas extraordinárias;
- VI – submeter suas contas ao exame do Conselho Fiscal, encaminhando-as posteriormente ao Conselho de Administração para parecer, remetendo-as, a seguir, à Assembleia Geral para aprovação;
- VII – submeter ao Conselho de Administração o relatório de suas atividades e a situação financeira da Apae, em cada exercício;
- VIII – constituir comissões especiais encarregadas da execução dos fins da Apae, supervisionando sua atuação;
- IX – criar os cargos necessários aos serviços técnicos e administrativos.



X – promover campanhas de levantamento de fundos, aprovadas pelo Conselho de Administração;

XI – convocar a Assembleia Geral e as reuniões do Conselho de Administração;

XII – pagar as contribuições à Federação Nacional das Apaes;

XIII – respeitar e fazer respeitar o presente Estatuto, o Estatuto da Federação das Apaes do Estado e o Estatuto da Federação Nacional das Apaes;

XIV – promover a participação da Apae em Olimpíadas, Festivais, Congressos e em outros eventos;

XV – adquirir ou alienar bens móveis e imóveis, após aprovação do Conselho de Administração, nos casos que couber;

XVI – receber e fazer doações *ad referendum* do Conselho de Administração.

XVII – indicar ao Conselho de Administração o nome das pessoas que possam ser aprovadas para exercerem o cargo de Procurador Jurídico e Procurador Adjunto;

XVIII – estabelecer o valor da contribuição para os associados contribuintes;

XIX – dar conhecimento ao Conselho de Administração, na primeira reunião deste, das penalidades aplicadas aos seus associados;

XX – convidar os membros do Conselho Consultivo para participar dos eventos realizados pela Apae;

XXI – apresentar ao Conselho de Administração, com até 60 (sessenta) dias de antecedência da data de realização da Assembleia Geral Ordinária, os nomes dos candidatos à Presidência da Apae, garantindo-se ao candidato a Presidente escolhido a indicação dos nomes para concorrerem na Assembleia Geral Ordinária aos demais cargos da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;

XXII – indicar nomes para preenchimento das vagas que se verificarem na Diretoria Executiva, no curso do mandato, submetendo-os ao referendo do Conselho de Administração.

§ 1º. Não caberá a indicação de nomes para preenchimento das vagas na Diretoria Executiva, simultaneamente, para os cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores Financeiros e Diretores Secretários, devendo, nesse caso, ser convocada Assembleia Geral para eleição dos membros que ocuparão tais cargos na Diretoria Executiva.

§ 2º. As contas mencionadas no inciso VI e VII deverão:

a) Observar os princípios fundamentais de contabilidade e as Normas Brasileiras de contabilidade;



b) ser publicadas na página da internet a cada encerramento de exercício fiscal juntamente com o relatório de atividades e demonstrações financeiras da entidade, incluídas as certidões negativas de débitos com a Previdência Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, colocando-os à disposição para exame de qualquer cidadão, sem prejuízo das publicações em diário oficial quando forem exigidas.

§ 3º. Para fins do que dispõe o parágrafo anterior, na impossibilidade de disponibilização na página eletrônica, cada encerramento de exercício fiscal juntamente com o relatório de atividades e demonstrações financeiras da entidade, incluídas as certidões negativas de débitos com a Previdência Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS deverão ser publicadas obrigatoriamente em diário oficial do Estado ou do Município ou em jornal de grande circulação no Estado para exame de qualquer cidadão, sem prejuízo das publicações em diário oficial quando forem exigidas.

## Seção VII

### Das Atribuições dos Membros da Diretoria Executiva

Art. 35 – Compete ao Presidente:

I – assegurar o pleno funcionamento dos serviços da Apae nos seus aspectos legais, administrativos, técnicos e pedagógicos, com o apoio do Conselho de Administração;

II – convocar a Assembleia Geral, as reuniões do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva;

III – representar a Apae, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, perante as entidades de direito público e privado;

IV – representar a Apae judicialmente, cabendo-lhe impetrar Mandado de Segurança coletivo e outras ações judiciais, em defesa dos interesses da associação;

V – apresentar ao Conselho de Administração o relatório anual da Diretoria sobre as atividades da Apae, ao fim de cada ano e ao término do mandato, à Assembléia Geral;

VI – dirigir a Apae, ressalvada a competência do Conselho de Administração, atendendo à perfeita consecução de seus fins, podendo delegar, parcialmente, suas atribuições;

VII – assinar cheques, contratos de empréstimo bancário, ordens de pagamento e transferências bancárias conjuntamente com o 1º Diretor Financeiro ou com o seu substituto estatutário, no exercício do cargo, para pagamento das obrigações financeiras da entidade;

VII. A – Os recursos financeiro mencionados no inciso VII deverão ser movimentados por meio de cheques nominais, assinados pelo Presidente e pelo 1º Diretor Financeiro ou por meio eletrônico, inclusive, por meio de cartão magnético.





VII .B – Na hipótese de a movimentação dos recursos efetivar-se por meio eletrônico, inclusive, por meio de cartão magnético, fica autorizado ao Presidente ou ao Tesoureiro a utilização desses meios de pagamento de forma individual e isolada, podendo realizar pagamentos, transferência, saques, emitir extratos, enfim, todas as operações financeiras necessárias à movimentação dos valores

VIII – instalar, prover e supervisionar assessorias e coordenadorias que julgar necessárias, constituindo um colegiado com concepções, diretrizes e ações unificadas;

IX – zelar pelo conhecimento, utilização e aplicação dos Estatutos, Regimentos e Regulamentos em vigência, pelos Diretores, funcionários, técnicos e voluntários;

X – ratificar de modo expresso, à Federação das Apaes do Estado e à Federação Nacional das Apaes, o compromisso de aderir, acatar e respeitar seus respectivos Estatutos;

XI – cumprir e fazer cumprir as prescrições deste Estatuto, bem como as diretrizes estabelecidas no Regimento Interno da Apae.

XII – submeter previamente os contratos, convênios, termos de parceria e minutas para o Parecer do procurador jurídico.

§ 1º – O Presidente será substituído, em suas faltas, licenças e impedimentos, pelo Vice-Presidente.

§ 2º – Para fins de obtenção de financiamento referido no inciso VII deste artigo, serão exigidas as aprovações da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração por, no mínimo, dois terços dos votos.

Art. 36 – Compete ao Vice-Presidente:

I – substituir o presidente em suas faltas, licenças e impedimentos;

II – exercer funções e atribuições supletivas que lhe forem confiadas.

*Parágrafo único* – Em caso de renúncia, destituição ou morte do Presidente, o Vice-Presidente assumirá a Presidência até o fim do mandato, valendo para todos os efeitos, independente do tempo do exercício como o cumprimento de um mandato.

Art. 37 – Compete ao 1º Diretor Secretário:

I – secretariar as Assembleias Gerais, as reuniões da Diretoria Executiva e as do Conselho de Administração, redigindo suas atas em livro próprio;

II – superintender o funcionamento de todos os serviços de secretaria e divulgar as notícias das atividades da Apae;

III – exercer atribuições supletivas que lhe forem confiadas;



IV – entregar aos membros da Diretoria Executiva, na primeira reunião do mandato, cópia do Estatuto da Apae;

V – disponibilizar aos associados, na Secretaria, o acesso e a leitura do Estatuto da Apae;

VI – exercer a presidência da Apae no caso de impedimento temporário, não superior a 06 meses, do Presidente e do Vice-Presidente.

Art. 38 – Compete ao 2º Diretor Secretário:

I – substituir o 1º Diretor Secretário em suas faltas, licenças e impedimentos;

II – assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término;

III – exercer atribuições supletivas que lhe forem confiadas.

Art. 39 – Compete ao 1º Diretor Financeiro:

I – elaborar a previsão orçamentária, semestralmente, e submetê-la à aprovação da Diretoria Executiva;

II – conservar sob sua guarda e responsabilidade os documentos relativos ao departamento financeiro;

III – assinar cheques, contratos de empréstimo bancário e/ou ordens de pagamento conjuntamente com o Presidente ou com seu substituto estatutário, para pagamento das obrigações financeiras da Apae;

IV – promover e dirigir a arrecadação da receita social, depositá-la e aplicá-la de acordo com decisão da Diretoria Executiva;

V – fazer pagamentos nos limites ou pela forma estabelecida por decisão da Diretoria Executiva;

VI – manter em dia a escrituração da receita e da despesa da Apae, e contabilizá-la sob a responsabilidade de um contador habilitado;

VII – apresentar à Diretoria Executiva os balancetes mensais, o relatório anual sobre a situação financeira e a prestação de contas, que deverão ser encaminhados ao Conselho Fiscal para exame e parecer, fornecendo a esses órgãos as informações complementares que lhe forem solicitadas.

VIII – O Diretor Financeiro poderá utilizar-se do assessoramento de um Contador ou de um Técnico em Contabilidade, de um funcionário da Apae ou de um prestador de serviços para o exercício dessas atribuições.

Art. 40 – Compete ao 2º Diretor Financeiro:





I – substituir o 1º Diretor Financeiro em suas faltas, licenças e impedimentos;

II – assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término;

III – exercer as atribuições supletivas que lhe forem confiadas.

Art. 41 – Compete ao Diretor de Patrimônio:

I – supervisionar, zelar e inventariar o patrimônio da Apae;

II – ter sob sua guarda e responsabilidade os bens patrimoniais da Apae;

III – providenciar a escrituração do material permanente da Apae, mantendo essa documentação em ordem e em dia.

*Parágrafo único* – O Diretor de Patrimônio poderá contar com o apoio de profissional especializado.

Art. 42 – Compete ao Diretor Social, de acordo com a orientação da Diretoria Executiva:

I – organizar as atividades sociais;

II – elaborar o programa de solenidades;

III – realizar eventos sociais com a finalidade de promover a instituição;

IV – promover eventos com a finalidade de arrecadar fundos, após a aprovação da Diretoria Executiva.

### Seção VIII

#### Da Autogestão e da Autodefensoria

Art. 43 – O Programa Nacional de autogestão e autodefensoria tem como finalidade contribuir para o desenvolvimento da autonomia da pessoa com deficiência intelectual e múltipla frente à sua realidade, ampliando sua possibilidade de atuar influenciando o cotidiano de sua família, da comunidade e da sociedade em geral.

*Parágrafo Único* – O Programa Nacional de autogestão e autodefensoria cria espaço institucional para a inserção dos autodefensores na estrutura do movimento, assegurando a participação efetiva da pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, nas Apaes, Federação das Apaes dos Estados e Federação Nacional das Apaes.

Art. 44 – Os autodefensores serão eleitos nos fóruns de autodefensores em Assembleia Geral Ordinária, a cada 3 (três) anos, convocada especialmente para este fim, permitindo-se uma reeleição consecutiva.





§ 1º – A autodefensoria será composta de 4 (quatro) membros, sendo dois efetivos, um do sexo masculino e outro do sexo feminino, e dois suplentes, um do sexo masculino e outro do sexo feminino.

§ 2º – Poderão ser eleitos autodefensores as pessoas com deficiência intelectual e múltipla que estejam matriculadas e que sejam frequentes nos programas de atendimento da Apae.

Art. 45 – Compete aos autodefensores:

I – defender os interesses da pessoa com deficiência intelectual e múltipla, sugerindo ações que aperfeiçoem o seu atendimento e a sua participação em todos os segmentos da sociedade;

II – participar das reuniões da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração, opinando e votando sobre assuntos de interesse da pessoa com deficiência intelectual e/ou múltipla;

III – participar dos eventos promovidos e organizados pelo movimento Apaeano;

IV – votar e ser votado para os cargos da autodefensoria.

## Seção IX

### Do Conselho Consultivo

Art. 46 – O Conselho Consultivo será constituído pelos ex-Presidentes da Apae.

§ 1º – Somente poderão integrar o Conselho Consultivo os ex-Presidentes que tenham concluído o mandato sem interrupção motivada por: renúncia, destituição, afastamento por denúncia.

§ 2º – Ocorrendo a eleição de membro do Conselho Consultivo para compor qualquer órgão da Apae, a vaga do ex-Presidente no Conselho Consultivo será mantida, exceto para o cargo de Presidente da Apae.

Art. 47 – A Assembleia Geral verificará se o ex-Presidente preenche os requisitos, e proclamará a investidura do Conselheiro Consultivo no exercício da função.

Art. 48 – As decisões do Conselho Consultivo são meramente opinativas, não tendo força executiva senão quando acolhidas pelo Conselho de Administração.

Art. 49 – Compete ao Conselho Consultivo:

I – atuar como órgão moderador na solução de eventuais conflitos que venham a ocorrer no Movimento Apaeano no município;

II – esclarecer, quando solicitado e for possível, fatos e práticas controvertidos ou obscuros da história do Movimento Apaeano, com o fim de dar suporte à filosofia do mesmo;

III – zelar pela unidade orgânica, filosófica e programática do Movimento Apaeano;





IV – participar, mediante convite, dos eventos realizados pela Apae.

## CAPÍTULO IV

### Da Procuradoria Jurídica

Art. 50 – A Procuradoria Jurídica, órgão de assessoramento superior, só poderá ser exercida por pessoa de reconhecida idoneidade e saber jurídico, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil.

Art. 51 – O Procurador Jurídico e o Procurador Adjunto serão investidos nos respectivos cargos ou deles destituídos por indicação do Presidente da Apae, após aprovação do Conselho de Administração.

*Parágrafo único* – O Procurador Adjunto tem a atribuição de substituir o Procurador Jurídico nas faltas, licenças ou impedimentos deste.

Art. 52 – O Procurador Jurídico terá assento à mesa nas reuniões da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração, e opinará sobre a juridicidade e a legitimidade de qualquer matéria discutida, exceto se na mesma concorrer interesse pessoal.

Art. 53 – Não constitui falta funcional a manifestação contrária do Procurador Jurídico sobre matéria de sua competência.

Art. 54 – Compete ao Procurador Jurídico:

I – atuar na defesa dos direitos das pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla;

II – defender os interesses da Apae, em juízo ou fora dele, mediante expresse mandato do Presidente ou de seu substituto legal;

III – elaborar, examinar e visar minutas de contratos e convênios;

IV – emitir parecer sobre matéria de interesse geral da Apae, pronunciando-se, ao final de cada assunto, nas reuniões de Diretoria, sobre a legalidade das proposições e a observância deste Estatuto e do Regimento Interno;

V – representar juridicamente a entidade junto a repartições públicas e privadas;

VI – pesquisar, compilar e sugerir legislação pertinente à pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla;



VII – manter intercâmbio jurídico e dar interpretação final sobre matéria controvertida;

VIII – dirigir os serviços da Procuradoria da Apae.

## CAPÍTULO V

### Das Receitas, do Patrimônio e das Prestações de Contas

Art. 55 – As receitas da Apae, necessárias à sua manutenção, serão constituídas por:

I – contribuições de associados e de terceiros;

II – legados;

III – produção e venda de serviços;

IV – subvenções e auxílios que venha a receber do Poder Público;

V – doações de qualquer natureza;

VI – quaisquer proventos e auxílios recebidos;

VII – produto líquido de promoções de beneficência;

VIII – rendas de emprego de capital ou patrimônio que possua ou venha a possuir;

IX – auxílio ou recursos provenientes de convênio de entidades públicas e privadas.

*Parágrafo único* – As rendas, recursos e eventual resultado operacional serão aplicados integralmente na manutenção e no desenvolvimento dos objetivos institucionais, no território nacional.

Art. 56 – O patrimônio da Apae será constituído de bens móveis, imóveis, veículos e direitos, que possui e vier a adquirir.

*Parágrafo único* – No caso de dissolução ou extinção, mudança de finalidade ou cessação de suas atividades, o eventual patrimônio líquido remanescente será destinado a uma entidade congênere, ou a uma entidade pública com sede e atividade no País preferencialmente com o mesmo objetivo estatutário e que atenda os requisitos da Lei 13019/14.

## CAPÍTULO VI

### Das Eleições





Art. 57 – De três em três anos, serão eleitos pela Assembleia Geral Ordinária os membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

§ 1º – A eleição será realizada por votação secreta, sendo permitida por aclamação, quando se tratar de chapa única.

§ 2º – Em caso de empate, considerar-se-á eleita a chapa cujo candidato a presidente seja associado, ininterruptamente, há mais tempo no quadro social da Apae.

Art. 58 – A eleição da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal será precedida de edital de convocação, publicado no mínimo 30 (trinta) dias antes da Assembleia Geral Ordinária.

I – A inscrição de cada uma das chapas candidatas deverá ocorrer na Secretaria da Apae até 20 dias antes da data da eleição a ser realizada, dentre as chapas devidamente inscritas e homologadas pela comissão eleitoral.

II – Somente poderão integrar as chapas os associados especiais que comprovem a matrícula e a frequência regular há pelo menos 1 (um) ano nos programas de atendimento da Apae, e os associados contribuintes, exigindo-se, destes, serem associados da Apae há, no mínimo, 1 (um) ano, estarem quites com suas obrigações sociais e financeiras, e terem, preferencialmente, experiência diretiva no Movimento Apaeano.

III – São inelegíveis simultânea, sucessiva ou alternadamente para os cargos de Presidente, Vice-presidente e Diretores Financeiros, para a Diretoria Executiva da Apae: cônjuge, companheiro, parentes consanguíneos ou afins até o 3º grau, funcionários com vínculo direto ou indireto.

IV – Os candidatos a Presidente, Vice-Presidente e Diretores Financeiros deverão apresentar, no ato da inscrição da chapa, cópias autenticadas ou originais dos seguintes documentos:

- a) carteira de identidade;
- b) certidão de regularidade do CPF;
- c) declaração de imposto de renda atual ou declaração de próprio punho dos bens móveis e imóveis de sua propriedade;
- d) certidões negativas cíveis, criminais e eleitorais de âmbito Municipal, Estadual e Federal;
- e) ficha de filiação de associado da Apae;
- f) declaração sob as penas da lei de não ser inelegível, nos termos do inciso III deste artigo;
- g) comprovante de residência dos candidatos no município sede da Apae;
- h) termo de compromisso.

V – É vedada a acumulação de cargos por membro do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva da Apae.





VI – É vedada a participação de funcionários da Apae na Diretoria Executiva, no Conselho de Administração e no Conselho Fiscal, com vínculo empregatício direto ou indireto.

Art 59 – O registro de chapas e os demais trabalhos da eleição serão examinados e conduzidos pela Comissão Eleitoral instituída pela Apae por meio de Resolução e regulados pelo Regimento Interno da mesma.

Art. 60 – A eleição será realizada, de três em três anos, no mês de novembro, e a posse dos membros eleitos ocorrerá no 1º dia útil do mês de janeiro do ano seguinte.

*Parágrafo Único* – Em caráter excepcional, se os membros eleitos não puderem tomar posse no primeiro dia útil do mês de janeiro do ano seguinte à Assembleia de Eleição, o mandato da atual Diretoria poderá ser prorrogado até a posse dos eleitos.

## CAPÍTULO VII

### Disposições Gerais

Art. 61 – Toda alteração do presente Estatuto dependerá de prévia aprovação da proposta pela Federação Nacional das Apaes, devendo ser homologada pela Assembleia Geral Extraordinária da Apae, convocada com, pelo menos, 30 (trinta) dias de antecedência, na forma do artigo 24.

Art. 62 – A extinção da Apae ou a alteração do nome somente poderão ser feitas se determinadas e aprovadas por deliberação em Assembleia Extraordinária, instalada com a presença de, no mínimo, dois terços dos associados em dia com as obrigações sociais, cabendo à Apae remeter cópia da ata para a Federação das Apaes do Estado.

§1º – Para fusão e transformação da Apae, deverá ser observado o que determina a legislação específica em vigor.

§2º – É vedada a extinção da Apae, sua fusão ou transformação, quando houver denúncia de irregularidade protocolada na Federação do Estado e/ou na Federação Nacional das Apaes.

Art. 63 – A Diretoria Executiva, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal das Apaes cujas Assembleias de Eleição tenham ocorrido em mês diverso do estabelecido neste estatuto deverão tomar as providências cabíveis para ajustar o período de mandato da Diretoria, reduzindo-o ou prorrogando-o, devendo ser observado o menor período possível para adequação do mandato.

Art. 64 – Os casos omissos no presente Estatuto serão decididos pela reunião conjunta da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração, com força estatutária no que não colidir com este Estatuto, aplicando-se subsidiariamente o Código Civil.

Art. 65 – A partir do encaminhamento pela Federação Nacional das Apaes do presente Estatuto para as Apaes, estas terão o prazo de até 120 (cento e vinte) dias para homologação do mesmo pelas respectivas Assembleias Gerais Extraordinárias.





Art. 66 – O presente Estatuto entra em vigor a partir de sua aprovação pela Assembleia Geral Extraordinária e respectivo registro, devendo a Diretoria Executiva providenciar a sua divulgação.

Ouro Preto, 12 de maio de 2021.

**Ednardo Teixeira Leão**  
*Presidente da APAE Ouro Preto*

**Aline Eduardo**  
*Advogada*

OPB 1MG 173. US

**REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS**  
Pça. Tiradentes, 52 – SL. 02 – Centro – Ouro Preto – MG – CEP: 35.400-000 - Tel.: (31) 3551-7023  
Vanuza de Cássia Arruda – Registradora | E-mail: rid@rdouropreto.com.br

**PROCOLO Nº 32320 - AVERBADO Nº 77 no Livro - A24 REGISTRO Nº 94 - Folha: 149**

29 de Julho de 2021

PODER JUDICIÁRIO - TJMG - CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Títulos e Documentos - Pessoas Jurídica - Ouro Preto-MG  
Ato(s) praticado(s) por EDVALDO FELIX - Escrevente Substituto

SELO DE CONSULTA: EBP96466

CÓDIGO DE SEGURANÇA: 71913137.1985.1227

Quantidade de atos Praticado(s): 029

Emol: R\$0,00, Recomp: R\$0,00

TFJR: R\$0,00, Valor Final: R\$ - ISSQN:

Cod Dep: 0101-8.27 / 0501-8.1 / 6418-8.1

Consulte a validade deste selo no site: <https://selos.tjmg.us.br>





Ata da Assembleia Geral Ordinária da Eleição da Diretoria da APAE de Ouro Preto. Aos 3 (Três), dias do mês de novembro de 2022 às 17:00 horas, em primeira chamada e 17:30 horas em segunda chamada, na sede da Associação de Pais e Amigos dos excepcionais de Ouro Preto / APAE, situada no Rua São Pedro da Silva, Número 255, Bauvita, na cidade de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais, na presença dos associados registrados na lista própria de assinaturas, deu-se início à Assembleia Geral Ordinária da eleição da Diretoria da APAE de Ouro Preto, conforme Edital de convocação datado em 3/11/2022. A Assembleia foi instalada pelo atual Presidente da APAE/Ouro Preto, o senhor Edmar de Teixeira Leão, sendo, em seguida, eleitos para a condução dos trabalhos o senhor



Ednardo Teixeira Leão, na qualidade de Presidente, e o Senhor Eduardo Aparecido Porteiro, na qualidade de Secretário, conforme art. 23, § 4º do Estatuto da APAE. Logo após, foi proferida a palavra ao atual Presidente da APAE, a Senhora Maria Imaculada Ingrid Gonçalves, para a apresentação do relatório de atividades e das contas da Diretoria Executiva referente a gestão 2020/2022. Após a apresentação do relatório de atividades e das contas foi feita a leitura do parecer do Conselho Fiscal da APAE. Em seguida, foram colocados em votação o relatório de atividades e as contas apresentadas, sendo os mesmos aprovados por unanimidade pela Assembleia Geral Ordinária. Possuindo ao presente item do Edital de Convocação foi realizada a Eleição da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e Conselho Fiscal para o exercício do mandato no período de 01/01/2023 a 31/12/2025. Considerando a inscrição de chapa única, foi a mesma eleita por aclamação, ficando constituída dos seguintes membros: Diretoria Executiva - Presidente: Senhora Maria Imaculada Ingrid Gonçalves, Brasileira, Casada, Artista, RG - 8.532.370, CPF: 075.898.066.33, residente na Rua Traveira Cachoeira do Campo, número 116 A, Vila Aparecida, na cidade de Ouro Preto - Minas Gerais, Vice-Presidente o Senhor Willson Neves da Silva, Brasileiro, Casado, Comerciante, RG - MG 13.551.500, CPF: 088.527.576.43, residente na Rua Santa Rita, número 443, Padre Faria, na cidade de Ouro Preto - Minas Gerais; Primeira Diretor (Secretário) Senhora Regina Leali Silva, Brasileira, Casada, Professora, RG - MG 363.717, CPF: 809.180.266.87, residente na Rua A, 57 - Metalúrgica, Cachoeira do Campo, Ouro Preto - Minas Gerais. Segundo Diretor (Secretário) Senhor Eduardo



Minas Gerais

Aparecida Rufino, brasileira, casada, agente de endemias, RG-MG. 16302927, CPF: 051.321.576.02, residente na Rua Santa Marta, número 37, Moura Santana, na cidade de Ouro Preto - Minas Gerais, Primeiro Diretor financeiro Senhora Mariam das Graças Silva, brasileira casada, comerciante, RG-MG. 10.696.436, CPF: 088.527.576.43, residente na Rua Mariana, número 128, Moura Santana, na cidade de Ouro Preto - Minas Gerais, Segundo Diretor financeiro o senhor: José Benício Rodrigues, brasileiro viúvo, aposentado, residente na Rua Plamede, Dom Bosco 434, Cachoeira do Campo, Ouro Preto - Minas Gerais. Diretor de Patrimônio a Senhora Pro. Marina Rodrigues de Oliveira Carvalho, brasileira, casada, Superintendente Pedagógica, RG. M.G. 10.505.773, CPF: 050.353.646.66, residente na Rua Plemínio, 25, Sacramento, na cidade de Ouro Preto Minas Gerais. Diretora Social a Senhora Eliane Aparecida Lima e Silva, brasileira, casada, do lar, RG. MG. 20.741.873, CPF: 877.697.606.82, residente na Rua São Bartolomeu, número 19, Cachoeira do Campo, na cidade de Ouro Preto - Minas Gerais. No Conselho Administrativo tem como membros titulares o senhor Thomas Ulrich Trey, brasileiro, casado, comerciante, RG. M.G. 000.83, CPF: 524.633.546.15, residente na Rua Plto do Campo 508, Boveres Nova, na cidade de Ouro Preto - Minas Gerais, a Senhora Elizabete de Jesus Ferreira, brasileira, casada, do lar, RG. MG. 12.594.575, CPF: 069.348.826.36, residente na Rua Jorge Karim, 145A, Po. Cima, na cidade de Ouro Preto - Minas Gerais, o senhor Geraldo Pedro de Jesus, brasileiro, casado, Guia Turístico, residente na Rua da Polícia - 268, Piedade, na cidade de Ouro Preto, Minas Gerais, a Senhora Rayssa Fátima de Oliveira, brasileira, casada, do lar, RG. 32.960.326.0, CPF: 039.561.361.28, residente na Rua Truiz de mais 1020, Ex. Piedade, na cidade de Ouro Preto - Minas



Gerais. São membros suplentes do Conselho Administrativo: a Senhora Franca Domingos de F. Dus Mota, brasileira, casada, Professora Regente de Turma, R.G. M.G. 8.877.739, CPF: 979.774.516.53, residente na Rua Dom Belvício, número 215, Cabeças, na cidade de Ouro Preto, Minas Gerais, a Senhora Fátima Aparecida André dos Santos Pereira, brasileira, casada, do lar, R.G. MG. 6.613.284, CPF: 840.484.363.34, residente na Rua A, Parque da Lagoa 51, Cachoeira do Campo, Ouro Preto, Minas Gerais. a Senhora Maria das Dores Fereira dos Reis, casada, brasileira, comerciante, residente na Rua Coronel Serafim, número 185, Antônio Dias, na cidade de Ouro Preto, Minas Gerais, a Senhora Selma de Souza Rezende, brasileira, casada, do lar, R.G. MG. 12.221.050, CPF: 072.464.626.43, residente na Rua Topázio, Jardim Sacerdote, na cidade de Ouro Preto. Fazem parte do Conselho fiscal os seguintes membros titulares, a Senhora Maria da Consolação Silva Pinto, brasileira, casada, do lar, R.G. MG. 3.001.501, CPF: 033.361.286.06, residente na Rua Peyton Serra, número 182, Morro da Queimada, Ouro Preto, Minas Gerais, a Senhora Maria de Fátima Silva de Oliveira, brasileira, divorciada, do lar, residente na Rua do Ouro, número 152A, morro da Queimada, na cidade de Ouro Preto, Minas Gerais, a Senhora Sônia de Souza Lourenço, brasileira, casada, do lar, R.G. MG. 159.132.57, CPF: 070.755.336.90, residente na Rua Jp, 247, Baurista, na cidade de Ouro Preto, Minas Gerais, sendo seus membros suplentes a Senhora Beatriz da Silva Magalhães, brasileira, casada, funcionária Pública Municipal, R.G. MG. 3.324.758, CPF: 502.735.666.87, residente na Rua Coronel Serafim, número 39, Baurista, na cidade de Ouro Preto, Minas Gerais, a Senhora Glinda Vieira Gomes, brasileira, casada, com





ciente, RG: MG.6135.261, residente na Rua Tomé Vasconcelos, número 303, Água Limpa, na cidade de Ouro Preto Minas Gerais, o senhor Franklin Tinissato, brasileiro, Vítor, Funcionário Público Federal, RG MG. 215603, CPF: 356439486.87, residente na Rua Francisco Sacc, número 221 CA, Padre Faria, na cidade de Ouro Preto Minas Gerais. Tem como a sua Procuradora Jurídica a Senhora Shêma de Carvalho Oliveira, solteira, Brasileira, advogada, RG: MG.17.95.697, CPF: 26905136.58, residente a Rua Pará, número 221 CS, São Sebastião, na cidade de Ouro Preto Minas Gerais, sendo a membro titular, como suplente o senhor Franklin de Moraes Neto, brasileiro casado, advogado, RG: MG. 394.9037, CPF: 01348347635, residente na Rua Frenida Vitorino Dias, 174 Sala C, Centro de Ouro Preto, na cidade de Ouro Preto Minas Gerais tendo como juízo defensores os alunos João Paulo de Souza, brasileiro, solteiro, aluno da Instituição RG. MG.14.394.806, residente na Rua Grande, número 155, Centro, Antônio Pereira, Ouro Preto Minas Gerais, a Senhora Patrícia Cristina Velasco, Brasileira, solteira, aluna da Instituição, RG: MG.18.569.134, residente na Rua Dezesete 8, Vila Plega, Facharia do Campo Ouro Preto Minas Gerais. A Direção da Instituição APAE Ouro Preto agradece ao Presidente atual o senhor Edmarco Teixeira todo o seu trabalho e dedicação no período de seu mandato 2020/2022. e em seguida deu boas vindas a placa, resolveu onde se dá placa não é placa é chapa ins. Luta pela o mandato 2023/2025, tendo como presidente a Senhora Maria Emaculada Finglo Gonçalves, chapa eleita por aclamação dos presentes. Nada mais havendo a se tratar foi dada por encerrada a sessão da Assembleia Geral Ordinária



cujas ata foi lavrada por mim Roslene Valentim Vale  
 assinada pelos membros da Diretoria eleita mand  
 2023/2025. Deixo Exato, 3 de novembro de 2022. Roslene  
 Valentim Vale, Maria Imaculada Angelo Gonçalves, Efraim  
 Aparecida Lima e Silva, Ana Mainer Rodrigues de  
 Oliveira Carvalho, Escallete de Jesus Ferreira, Shênna de Car-  
 valho Azeite, Prayza Cassia de Oliveira, MARIA DE Fátima  
 Silva, Miriam dos Santos, Rina de Jesus  
 Patrícia Cristina Alencar, Sônia de Souza Resende, João  
 Paulo de Souza, Geraldo Pedro de Jesus, José  
 Henrique Rodrigues Maria de Jesus, Sílvia Pinto, Heleno Reis de Silva,  
 ARLINDO VIGOR GOMES, Sônia de Souza Lopes, Helton  
 Tomate Rodrigues, Fatima Ap Anchi dos Santos, Flávia  
 Paula Costa, Sônia de Souza, Stequeline, Maria  
 dos Góes Fereira dos Reis, Manoel Elch, Taty, Eduardo  
 APARECIDO DO Frio, Joana Domingas de Jesus Me-  
 neira, Franklen de Moura Neto, Eduardo Teixeira



**REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS**

Pça. Tiradentes, 52 - 81. 02 - Centro - Ouro Preto - MG - CEP: 35.400-000 - Tel.: (31) 3551-7023  
 Vanuza de Cássia Arruda - Registradora | E-mail: rtd@rdouropreto.com.br

PROTOCOLO Nº 34097 - REG Nº 94 no Livro - A29 - Folha: 408 - AV Nº 82

19 de Dezembro de 2022

PODER JUDICIÁRIO - TJMG - CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA  
 Títulos e Documentos - Pessoa Jurídica - Ouro Preto-MG

Ato(s) praticado(s) por: Edoardo Félix - Escrivente Substituto

SELO DE CONSULTA - FALS4799

CÓDIGO DE SEGURANÇA - 16947717.0092.6033

Quantidade de atos Praticado(s): 008

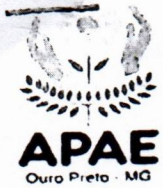
Emissão: R\$210,77, Recomp: R\$12,67,

TFJR: R\$73,23, Valor Final: R\$307,21 - ISSQN: 10,64

Cod Dep: 8101-87 / 8801-91 / 8418-81

Consulte a validade deste selo no site: <https://selos.tjmg.us.br>





# Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ouro Preto

Escola de Educação Especial Dr. Hélio Harmendani

CNPJ: 16.843.062/0001-03

FUNDAÇÃO: 17/11/1982

Endereço: Rua João Pedro da Silva, 255 - Bauxita - Ouro Preto/MG CEP: 35.400-000

Telefone: (31) 3551 5699 E-mail: apacop25@yahoo.com.br

Filiação Federação Nacional das APAE's: nº 882 em 18/05/92



Termo Aditivo de Ata de Eleição da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ouro Preto. Realizada no dia 03 de novembro de 2022, na sede da Instituição, situada a Rua João Pedro da Silva nº255-Bauxita na cidade de Ouro Preto Minas Gerais, conforme Edital de convocação com data estabelecida e divulgada em toda comunidade e meios de comunicação local, com data do dia 23 de setembro de 2022 para a realização da Assembleia Geral Ordinária para Eleição da Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Conselho Fiscal para e o exercício de 2023/2025. Na Ata onde se lê Conselho Administrativo ler-se Conselho de Administração reconsiderar a escrita na Ata onde se lê Suplente do Conselho Administrativo, desconsiderar, pois todos são membros do conselho de administração. O Casal de Autodefensores Eleito no dia 28 de março de 2022 são: Patrícia Cristina Velasco Ferreira e João Paulo de Souza e sendo seus Suplentes Rafaelly de Jesus Xavier Maia e Iran dos Santos Miquelino. Ficando assim, o mandato definido para 28 de março de 2022 a 28 de março de 2024. Estiveram presentes na Assembleia Geral Ordinária de Eleição da nova Diretoria Executiva da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ouro Preto os seguintes membros conforme lista de presença: Joana Domingas de Jesus Moreira, Brasileira, Casada, Professora, RG M-8.877.739, CPF 979.774.546-53, Residente domiciliar na Rua Dom Helvécio, nº215 Cabeças, na Cidade Ouro Preto Minas Gerais, José Henrique Rodrigues, Brasileiro, Viúvo, Aposentado RG MG1377976, CPF 295.772.416-20 Residente na Rua Alameda Dom Bosco nº434, Cachoeira do Campo Ouro Preto Minas Gerais, Ana Lúcia Xavier Maia, Brasileira, Casada, Comerciante, RG MG 13.454.112, CPF 050.334.186-02, Residente na Rua Arthur Vitorino Coelho, nº131B, Bauxita na cidade Ouro Preto Minas Gerais, Sônia de Souza Corrêa, Brasileira, Casada, Do Lar, RG MG 159.132-57, CPF 070.755.336-90, Residente na Rua Alfa nº 247, Bauxita na Cidade de Ouro Preto Minas Gerais, Maria de Fátima S. Moraes, Brasileira, Casada, Do Lar, RG M.9.238.934, CPF 035.804.506-11, Residente na Rua Sítio Arrozal, sem número, Cachoeira do Campo, Ouro Preto Minas Gerais, Márcio Gomes de Moraes, Brasileiro, Aposentado, RG M1975.708, CPF 437.544.906-87, Residente na Rua Arrozal, Sem Número, Cachoeira do Campo, na Cidade de Ouro Preto Minas Gerais, Silvério Honório Lopes, Brasileiro, Aposentado, RG M2-745.110, CPF 474.603.266-15, Residente na Rua Alvorada, nº101CS, Vila do Cruzeiro, Cachoeira do Campo na Cidade de Ouro Preto Minas Gerais, Selma de Souza Rezende, Brasileira, Casada, Do Lar, RG MG12.221.050, CPF 072.464.626-43, Residente a Rua Topázio, Jardim Itacolomi, nº30, na Cidade de Ouro Preto Minas Gerais, Elizabeth de Jesus, Brasileira, Casada, Do Lar RG MG 12.594.575, CPF 069.348.826-36, Residente na Rua Jorge Caran, nº145 A, Pocinho, na Cidade de Ouro Preto Minas Gerais, Rayssa

*Edson do Nascimento*



## Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ouro Preto

*Escola de Educação Especial Dr. Hélio Harmendani*

CNPJ: 16.843.062/0001-03

FUNDAÇÃO: 17/11/1982

Endereço: Rua João Pedro da Silva, 255 - Bauxita - Ouro Preto/MG CEP: 35.400-000

Telefone: (31) 3551 5699 E-mail: apacop25@yahoo.com.br

Filiação Federação Nacional das APAE's: nº 882 em 18/05/92



Cássia de Oliveira, Brasileira, Casada, Do Lar, RG 32.960.326-0, CPF 039.561.361-28, Residente na Rua 13 de maio nº1020, ex, Piedade, na cidade de Ouro Preto Minas Gerais, Ana Mariana Rodrigues de Oliveira Carvalho, Brasileira, Casada, Supervisora Pedagógica, RG MG 10.505.773, CPF 050.353.646-66, Residente na Rua Alumínio nº 25, saramenha, na Cidade de Ouro Preto Minas Gerais, Shênia de Carvalho Oliveira, Brasileira, Solteira, Advogada, OAB 197132 RG MG 17.195.697, CPF 106.905.136-58, Residente na Pará nº221 CS, São Sebastião Mariana na Cidade de Ouro Preto Minas Gerais, Franklin de Moraes Neto, Brasileiro, Casado, Advogado, OAB 165739 RG MG3949.037, CPF 013.483.476-35, Residente na Rua Vitorino Dias, nº174 Centro Ouro Preto Minas Gerais, Leiliane da Silva Miquelino, Brasileira, Casada, Funcionária Pública RG MG3.324.759, CPF 502.735.666-87, Residente na Rua Coronel Serafim, nº39, Barra, na Cidade de Ouro Preto Minas Gerais, Maria de Fátima Silva, Brasileira, Divorciada, Aposentada, RG M5.262.420, CPF 764.095.466-53, Residente na Rua do Ouro nº152 A, Morro da Queimada na Cidade de Ouro Preto Minas Gerais, Mirian das Graças Piva, Brasileira, Divorciada, Comerciante, RG MG -10.696.436, CPF 088.527.576-43, Residente a Rua Mariana, nº128, Morro Santana, na cidade de Ouro Preto Minas Gerais, Regina Coeli Silva, Brasileira, Casada, Professora, RG MG363.717, CPF809.180.266-87, Residente na Rua A, nº57, Metalurgico, Cachoeira do Campo na Cidade de Ouro Preto Minas Gerais, Fátima Aparecida André dos Santos Pereira, Brasileira, Casada, Do Lar, RG MG 6.613.294, CPF 840.048.436-34, Residente a Rua A, Parque da Lagoa, nº51 A, Cachoeira do Campo na cidade de Ouro Preto Minas Gerais, Luciano Dias Gonçalves, Brasileiro, Casado, Fisioterapeuta, RG MG12.730.489, CPF 073.117.316-31, Residente a Rua João Fernandes Vieira, nº64, na Cidade de Ouro Preto Minas Gerais, Nazira Peixoto Barbosa, Brasileira, Casada, Psicóloga, RG MG-12.525.847-PC, CPF 051.874.116-83, Residente na Rua dois, nº669 Apartamento 303, Lagoa na Cidade de Ouro Preto Minas Gerais, Wilton Neves da Silva, Brasileiro, Casado, Comerciante, RG MG 13.551.500, CPF 088.656.876-57, Residente na Rua Santa Rita, nº443, Padre Faria, na Cidade de Ouro Preto Minas Gerais, Thomas Ulrich Trey, Brasileiro, Casado, Comerciante, RG M4-0000-93, CPF 524.633.546-15, Residente na Rua na Rua Alto do Campo, nº509, Lavras Novas, Maria da Consolação e Silva Pinto, Brasileira Casada, Do Lar, RG MG 3.001.501, CPF 033.367.286-06, Residente na Rua Ayrton Senna, nº182, Morro da Queimada, na Cidade de Ouro Preto Minas Gerais, Geraldo Pedro de Jesus, Brasileiro, Casado, Guia Turístico, RG MG20.575.547, CPF 878.047.008-49, Residente na Rua da Abolição, nº268, Piedade, na Cidade de Ouro Preto Minas Gerais, Arlindo Vicira Gomes, Brasileiro, Casado, Comerciante, RG MG 6-185.361, CPF 879.866.396-87, Residente na Rua Tomé Vasconcelos, nº303 Agua Limpa na Cidade de Ouro Preto Minas Gerais, Maria Imaculada Ângelo Gonçalves, Brasileira, Casada,

Edmundo Teixeira





# Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ouro Preto

Escola de Educação Especial Dr. Hélio Harmendani

CNPJ: 16.843.062/0001-03

FUNDAÇÃO: 17/11/1982

Endereço: Rua João Pedro da Silva, 255 - Bauxita - Ouro Preto/MG CEP: 35.400-000

Telefone: (31) 3551 5699 E-mail: apacop25@yahoo.com.br

Filiação Federação Nacional das APAE's: nº 882 em 18/05/92



Artesã, RG MG 8.532.370, CPF 075.898.066-33, Residente na Rua Travessa Cachoeira do Campo, nº116ª Vila Aparecida na Cidade de Ouro Preto Minas Gerais, Rosilene Valentim Val, Brasileira, Casada, Professora, RG MG 10.384.133, CPF 248.113.196-72, Residente na Rua Padre Antônio Gabriel de Carvalho, nº02 Antônio Dias, na Cidade de Ouro Preto Minas Gerais, Ednardo Teixeira Leão, Brasileiro, Casado, Professor, RG MG 8.079.313, CPF 034.267.596-67, Residente na Rua Dom Veloso 28A, Cabeças na Cidade de Ouro Preto Minas Gerais, Andreza de Jesus Corrêa Maia, Brasileira, Solteira, Secretária Administrativa, RG MG 13.614.696, CPF 103.545.106-90, Residente na Rua Manoel Francisco Gomes, nº36, Bauxita, na Cidade de Ouro Preto Minas Gerais, Mara Regina Ferreira Guimarães, Brasileira, Solteira, Supervisora Pedagógica, MG 8.987.457, CPF 029.088.556-66, Residente na Rua Alvarenga, nº163, Cabeças, na Cidade de Ouro Preto Minas Gerais, Simone Aparecida Araújo Nepomuceno, Brasileira, Casada, Professora, RG MG 5.166.722, CPF 704.802.816-53, Residente na Rua Santo Antônio do Leite, sem Número, Vila Aparecida na Cidade de Ouro Preto Minas Gerais, Eduardo Aparecido Porfírio, Casado, agente de endemias, RG MG-16.302.927, CPF 051.321.576-02, residente na rua Santa Marta, nº37, Morro Santana, na Cidade de Ouro Preto Minas Gerais, Eliane Aparecida e Silva, Brasileira, Casada, do lar, RG MG-20.741.875, CPF 877.697.606-82 Residente na Rua são NBartolomeu, nº19, Cachoeira do Campo na Cidade de Ouro Preto Minas Gerais, Maria das Dores Ferreira dos Reis, Casada, Brasileira, Comerciante, RG MG 8.284.181, CPF 979.720.886-91, Residente na rua coronel Serafim, nº185 Antônio Dias, Hilton Timóteo, Brasileiro, viúvo, Funcionário Público Federal, RG MG-215.608, CPF 356.439.786-87, Residente rua Francisco Isac, nº221C, Padre Faria, João Paulo de Souza, Brasileiro, Solteiro, Estudante, RG MG 14894806, CPF 077.680.496-08, Residente a Rua Grande Antônio Pereira, nº155CX A, na cidade de Ouro Preto Minas Gerais, Patrícia Cristina Velasco Ferreira, Brasileira, Solteira, Estudante, RG MG-18.569.134, CPF 104.557.246-28, Residente na Rua dezessete, nº8, Vila Alegre Cachoeira do Campo na cidade de Ouro Preto Minas Gerais. Ouro Preto, 01 de dezembro de 2022.

*Ednardo Teixeira*



## REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS

Pça. Tiradentes, 57 - Bl. 02 - Centro - Ouro Preto - MG - CEP 35.400-000 - Tel. (31) 3551-7023

Vanuza de Cássia Arruda - Registradora | E-mail: rto@rdouropreto.com.br

PROTOCOLO Nº 34038 - REG Nº 94 no Livro - A29 - Folha: 413 - AV Nº 84

16 de Dezembro de 2022

PODER JUDICIÁRIO - TJMG - CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Títulos e Documentos - Pessoas Jurídicas - Ouro Preto-MG

Ata de Reunião de Diretoria - Escola de Educação Especial

SELO DE CONSULTA - FALSA

CÓDIGO DE SEGURANÇA - 1162 6676 2383 3886

Quantidade de atos Praticado(s) 008

Emol. R\$ 179,01, Recomeço R\$ 10,76

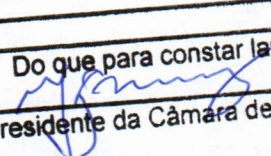
TJ R\$ 62,87, Valor Final R\$ 281,38 - ISSQN 8,96

Cud Dep 8901-83 / 8901-91 / 8408-31

Consulte e valide o documento em: <http://selos.tjmg.jus.br>



Aos 19 de março de 2011  
Distribuo este processo à(s) comissão(ões)  
competente(s). \_\_\_\_\_

Do que para constar lavrei este  
  
Presidente da Câmara de Ouro Preto

